



Kesi Passos de Matos

**Polícia na Baixada: Silbert dos Santos Lemos e a delegacia
de Duque de Caxias (1950-1967)**

Monografia apresentada à Graduação em História da PUC-Rio como
requisito parcial para a minha obtenção de título de licenciada em
História.

Orientador: Dr. Diego Antonio Galeano

Departamento de História
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

01 de dezembro de 2017

In memoriam a Rubens Andrade de Matos, meu pai,

*Dedico essa monografia ao homem mais generoso que já conheci, que deixou
essa vida para que eu pudesse aproveitá-la. Sua força e coragem me ensinou a
nunca desistir dos meus objetivos. Obrigada!*

Agradecimento

Agradecer é uma tarefa difícil, pois muitas pessoas contribuíram ao longo desses cinco anos na minha jornada universitária, me ajudando direto ou indiretamente. Com carinho especial gostaria de agradecer a minha mãe que me auxiliou e contribuiu na medida que lhe era possível em meus estudos, moradia e compras de livros. Deixou inúmeras vezes de fazer o que gostava ou o que era necessário para contribuir com meus estudos.

Agradeço ao Mauricio, meu braço direito e esquerdo, meu caminho Óctuplo. Mesmo cansado, após noites de trabalho, me levava e buscava na universidade. Agradeço por ter aceitado minhas aventuras mirabolantes. Agradeço por sempre corrigir, formatar, imprimir meus trabalhos e por me levar nos arquivos. Agradeço principalmente por ter aguentado meus gritos e minha arrogância em vésperas de provas e entregas de trabalho. Obrigada por me levar para espairar nos meus dias de tédio, se locomovendo de Caxias até o Rio de Janeiro. Obrigada por estar sempre ao meu lado, pois sem você seria difícil trilhar esse caminho cheio de curvas.

Agradeço a todas as meninas, irmãs e funcionários do Pensionato Vicenta Maria, localizado em Santa Teresa, com elas aprendi a respeitar pensamentos opostos ao meu, conheci histórias de vida.

Agradeço a Leninha por ter me ajudado quando me mudei para o Parque da Cidade, a melhor locatária do mundo, uma amizade que levarei por toda vida.

Agradeço a atenção de toda minha família materna e paterna: avó, avô, tios, tias, primos e primas.

Agradeço a Marcia Spadetti Tuão pela ajuda com sua opinião e correção da monografia.

Agradeço ao meu orientador Drº Diego Antonio Galeano, o melhor “Sherlock Holmes” internacional que conheço. Foi a partir dele que me apaixonei pelo “mundo do crime”.

Agradeço ao Marco Bretas que em uma conversa informal, mesmo que ele não saiba, me apresentou meu objeto de pesquisa.

Agradeço a minha leitora crítica Larissa Rosa Corrêa, sempre atenciosa e prestativa, obrigada por todo incentivo!

Agradeço, á todo corpo docente de História da PUC-Rio, aos funcionários do departamento por todo incentivo (Anair, Claudio, Cleusa, Edna e Igor);

Agradeço aos professores do departamento por todo incentivo, em especial ao Leonardo, meu primeiro Orientador do PIBIC;

Agradeço aos alunos de graduação de História, em especial: Isabel, Lidiane, Renata e Mariana por me ajudarem sempre que necessário;

Agradeço ao CNPQ que me concedeu a bolsa de pesquisa PIBIC;

Agradeço a PUC-RIO pela bolsa de estudos que me concedeu;

Agradeço ao FESP pelo auxílio passagem e alimentação, essencial para meus cinco anos de estudo.

Agradeço a todos presentes e ausentes na minha vida.

Resumo:

O presente trabalho busca compreender, a trajetória de Silbert dos Santos Lemos, a configuração da delegacia e o papel do delegado de polícia na construção de autoridade policial na cidade de Duque de Caxias, no período de 1950-1967, a partir da análise do livro *Sangue no 311* (1967), que faz parte da coleção *Crimes que abalaram Caxias*. Além disso, estuda a figura do “alcaguete” e das meretrizes que passavam pela delegacia do 311, buscando analisar os conflitos e disputas políticas entre essas figuras e a autoridade local.

Palavra-chave:

Silbert dos Santos Lemos – Duque de Caxias – delegacia de Polícia – Prostituição
– Crime

SUMÁRIO

Introdução	p.8
Capítulo 1 - Duque de Caxias: Silbert dos Santos Lemos rumo a novas aventuras.	p.14
1.1 - Uma breve história sobre a cidade de Duque de Caxias	p.14
1.2 - O papel de autoridade policial na figura de Silbert dos Santos Lemos	p.17
1.3 - Santos Lemos e Tenório Cavalcanti junto à <i>Luta Democrática</i>	p.22
Capítulo 2: Os informantes da polícia	p.27
2.1 - Conquistando espaço no ambiente policial: Armando Belo França um “alcaguete” privilegiado.	p.27
2.2 - O aumento do pão e o veto das meias passagens: O vereador que legisla para si mesmo.	p.34
Capítulo 3: Os lupanares da cidade e a circulação das meretrizes nas ruas de Caxias.	p.38
3.1 – Churrascaria vitória do Martins.	p.38
3.2 – O Hotel Municipal: “Minha Hotel, freguês é familiar. Só aceita família”.	p.48
3.3 – As rondas noturnas: “onde cabem quatro, cabem dez”	p.55
Considerações Finais	p.63
Referências Bibliográficas	p.65

Lista de Ilustrações

Imagem da Capa do Livro Sangue no 311	p.09
Gráfico da Estimativa populacional da cidade de Duque de Caxias	p.16
Imagem de Silbert dos Santos Lemos	p.17
Imagem de O homem da capa preta	p.22
Imagem de Armando Belo França	p.27
Jornal A luta Democrática: Davi enfrenta Golias imaginário	p.36
Imagem do prefeito Adolpho David e um redator do Jornal de Tenório	p.36
Imagem do prefeito Adolpho David	p.37
Imagem de Agnéia Coutinho de Oliveira, “Néia”	p.47
Imagem de Hotel Municipal	p.48
Imagem da notícia do rapto da bailarina Morena do “El Cubano”	p.54

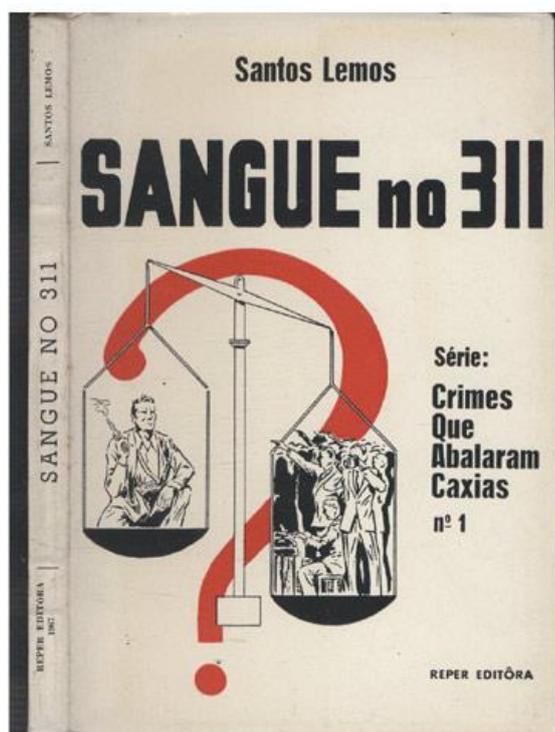
Introdução

Quando criança, sempre gostei de temas que me levassem a investigar coisas que pareciam ser impossíveis de descobrir, como por exemplo, “os segredos dos adultos”, as gavetas de documentos guardados e as histórias sobre a vinda da minha família para o Brasil. Incansáveis vezes, pedi para a minha avó e minha mãe repetirem essas histórias, gostava de contrariá-las, buscando analisar cada palavra que elas diziam, e se alguma coisa não fizesse sentido, eu as questionava. Minha família dizia que eu seria investigadora, de certa forma, eles acertaram, mas deveriam ter dito historiadora, pois vai além de investigar fatos, nós interpretamos e criamos uma narrativa para esses.

Quando ingressei no Curso de História, descobri que estava no caminho certo, pois ser historiador é ser investigador também. É encontrar nas folhas de jornais ou em qualquer outro tipo de documento, fontes que nos levem a compreender a narrativa histórica. No meu caso, busquei responder meus questionamentos através dos indícios deixados no livro *Sangue no 311*, escrito por Silbert dos Santos Lemos. Esse foi publicado em 1967 e é o primeiro de três livros lançados na coleção *Crimes que abalaram Caxias*.

Distrito emancipado de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, tinha sua delegacia localizada na Avenida Plínio Casado, número 311, onde Silbert dos Santos Lemos atuou no papel de escrivão e, posteriormente, delegado. A partir da visão de Lemos, busquei compreender como se configurava as disputas políticas e conflitos internos da delegacia do prédio 311, a partir da figura dos “alcaguetes” e das meretrizes do prostíbulo, localizado atrás da delegacia, além de outros que ficavam na redondeza. Nesse sentido, o trabalho está dividido em três etapas: a primeira consiste em analisar a figura de Santos Lemos e o seu papel enquanto jornalista policial da Baixada Fluminense. Por sua vez, a segunda busca compreender, a partir do livro de Santos Lemos *Sangue no 311*, como se davam as disputas entre a polícia, os trabalhadores, os políticos e os moradores daquele entorno a partir da figura do “alcaguete”. A terceira e última parte estuda a relação da polícia com os prostíbulos daquela localidade a partir da análise dos interesses políticos e os conflitos internos da delegacia.

O primeiro dos três livros escritos por Lemos, ao qual dediquei minha pesquisa, foi *Sangue no 311*, dividido em dezesseis capítulos, organizados por personagens do mundo policial, político e social, que são: “O vendedor de queijos”, “O canal da morte”, “Tenório Cavalcanti”, “Os alcaguetes”, “Os investigadores”, “Os comissários”, “Os subdelegados”, “Os delegados”, “Os escrivães”, “As prostitutas”, “Os lupanares”, “Os jornalistas”, “Os políticos”, “A cidade”, “Os presos” e, por último, “A cisterna da morte”. A partir dessa divisão por capítulos, busco compreender a particularidade de cada figura descrita pelo autor e focar meus estudos nos conflitos internos da delegacia no período de 1950 a 1967. Também, vale ressaltar que os livros de Lemos foram escritos depois que esse se tornou delegado, ou seja, após o golpe civil-militar, levando-o a queixar-se que a publicação dos mesmos foi complicada, pois, para ele, as questões tratadas no livro eram temas que algumas pessoas desejavam silenciar.



Capa do Livro *Sangue no 311*, de Silbert dos Santos Lemos

Ao longo do tempo a história da polícia passou por diversas vertentes de estudos historiográficos. No Brasil esse processo ainda está em construção, pois até a década de 1960 as únicas obras existentes da história da polícia eram escritas por antigos policiais, e os arquivos da polícia eram de difícil acesso para quem não

estivesse inserido no meio policial. Somente nos últimos anos, com a abertura do arquivo do Dops de São Paulo, ocorreu, de fato, a expansão dos estudos historiográficos da polícia no país. Grande parte dos pesquisadores que utilizaram essa documentação debruçaram na análise do controle social aplicado pelo governo nos períodos conturbados da ditadura civil militar. Nesse sentido, foi feita uma história da polícia repressora, cuja a linha de pesquisa era baseada no estudo da história da polícia política¹, um dos pesquisadores que seguiu essa linha de pesquisa foi Reiner, cujo tema da sua tese era *A política da Polícia*.²

Em contrapartida a essa história da polícia que reprimia os trabalhadores e a população no período da ditadura, surgiu por parte dos historiadores o interesse pela história vista de baixo. Os documentos utilizados para a construção dessa nova visão consistiram na análise de processos criminais. Essa documentação tornou-se fundamental para a nova perspectiva da história da polícia, pois “os arquivos judiciais e policiais [...] [são] capazes de trazer informações sobre indivíduos e grupos até então pouco trabalhados pela historiografia”³, e as “falas de réus, vítimas e testemunhas transcritas nos processos [...] parecem ter o poder de nos aproximar mais das suas vidas e visões de mundo”⁴

Diversos historiadores se dedicaram a estudar a história da polícia em diferentes períodos. Com foco na Primeira República, autores como Bretas⁵, Martins⁶ e Mauch⁷, oferecem um panorama da formação da polícia no Distrito Federal, Rio Grande do Sul e São Paulo. Já Galeano, por exemplo, utiliza a polícia em segundo plano para abordar questões como a construção do imaginário sobre o crime, criminosos e a polícia, através de revistas e almanaques escritos por policiais e publicados pelas agências de polícia do Rio de Janeiro e Buenos Aires no final do século XIX e início do XX.

¹ Para mais informações sobre o estudo da Polícia Política analisar o texto de REZNIK, Luis. *Democracia e segurança Nacional. A polícia Política no pós-Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

² REINER, Robert. *A política da Polícia*. São Paulo: Edusp, 2000

³ MAUCH, Cláudia. *O processo crime para além dos crimes*. In: XI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Anais: produzindo História a partir de fontes primárias. Porto Alegre: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, 2013.p.18

⁴ *Ibidem*, p.20

⁵ BRETAS, Marcos. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Arquivo Nacional, 1997; BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rocco, 1997.

⁶ MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

⁷ *Idem*. *O processo crime para além dos crimes*, 2013.

Ao estudar a história da polícia constata-se que existem várias linhas de pesquisa, no Brasil não é diferente. A primeira consiste no estudo do Delegado e sua carreira, a segunda, analisa a interação da polícia com a cidade. Nesse sentido, a leitura do livro *Ordem na Cidade* do historiador Marcos Bretas (1997), tornou-se essencial para o meu estudo da polícia na Baixada Fluminense, pois o autor analisa como se originou o serviço policial no Brasil ao longo da Primeira República, que me permite refletir sobre a dinâmica da delegacia 311 do período estudado.

Bretas foca sua pesquisa em como se constituíram os laços de sociabilidade entre o corpo policial e a sociedade, a partir da análise dos livros de ocorrências de distritos do Rio de Janeiro (1907-1930), registros valiosos que retratavam o trabalho cotidiano desses policiais. Ao analisar esses registros, Bretas concluiu que até mesmo o trabalho criminal da polícia se definia como um campo de disputas entrelaçadas com o cotidiano dos distritos da cidade. Nesse sentido, acompanhar a trajetória do delegado de polícia da Baixada Fluminense é uma estratégia de redução de escala analítica para compreender o papel dessa autoridade central na construção de poder policial na cidade, assim como os as disputas políticas e conflitos internos que se construíram em seu dia a dia.

A autoridade, na forma institucionalizada em Duque de Caxias, nasce na década de 1930 como subdelegacia:

... logo após a criação do 8º distrito de Nova Iguaçu, (Caxias), foi nomeado Jaime Fischer Gamboa para o cargo de escrivão do Registro Civil. No dia 22 de julho de 1932, o interventor Federal, Dr. Ary Parreiras⁸, nomeia Alberto de Azevedo Sá para o cargo de primeiro suplente de subdelegado de polícia do 8º Distrito de Iguaçu⁹

Já no final dessa década, em 15 de dezembro de 1938:

...foram nomeados os cidadãos Alberto Caetano de Azevedo Sá e Antonio Bueno Cruz, respectivamente, para os cargos de 1º e 2º suplentes de subinspetor do 8º distrito (Caxias) de Iguaçu. No ano seguinte, [sic] 1º de setembro de 1939, o Sr. Aberto de Azevedo Sá é confirmado no cargo.¹⁰

⁸ Ari Parreiras nasceu em Niterói no dia 17 de outubro de 1890 e faleceu em 9 de julho de 1945. Em dezembro de 1931 foi nomeado interventor federal do Estado do Rio de Janeiro. Para mais informações consultar os verbetes do arquivo do CPDOC - <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARREIRAS,%20Ari.pdf>

⁹ MORAES, Dalva Lazoni.. *Esboço histórico-geográfico do município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: ARS, 1978, p.142.

¹⁰ *Ibidem*.p.142

Dessa forma, buscarei desenvolver minha pesquisa a partir da visão mostrada por Bretas sobre o estudo das relações entre o corpo policial e o público. Porém, meu foco é na análise das disputas e conflitos políticos que perpassava pela delegacia. Enquanto o autor utilizou os boletins de ocorrências para compreender essa relação, eu utilizei como fonte a narrativa memorialística produzida por delegados de polícia para compreender as disputas da delegacia de Duque de Caxias. A partir do livro *Sangue no 311* de Santos Lemos, pude notar o quanto esses conflitos eram visíveis, pois a publicação contribuiu a mostrar, ainda que preliminarmente, que a polícia era dividida e atravessada por tensões internas e por conflitos políticos locais. Já foi possível evidenciar esses conflitos e disputas a partir do primeiro capítulo que começa com a história de um “vendedor de queijos” chamado Armando Belo França.

O livro de Santos Lemos foi analisado por dois autores: Laís Costa Velho¹¹ e Lauro da Silva Mello. O primeiro teve como pressuposto justificar os “erros” cometidos pelo delegado Santos Lemos ao longo da sua carreira, enquanto o segundo comentou que Santos Lemos era um homem de inúmeras profissões:

... jornalista (repórter), policial (escrivão da polícia a beira de ir à delegado) e advogado, como paixão a literatura, além de defender o pós-64, como fator positivo para a ordem na cidade de Duque de Caxias, Mello acredita que "o Livro de Lemos é uma obra que [...] nos dá uma medida exata da cidade na década de 50."¹²

Pode-se dizer que o livro *Sangue no 311* foi escrito para justificar a “má fama” adquirida por Lemos ao longo de seu trabalho enquanto delegado. Ambos os comentaristas trabalhavam com o conceito de verdade, ou seja, o livro seria a prova da veracidade dos fatos para os erros que o delegado Santos Lemos cometeu. Em seu prefácio, Silbert dos Santos Lemos criticou sua profissão de repórter, pois acreditava não ter autonomia nos jornais, além de alegar que as notícias eram opostas ao que realmente havia acontecido de fato. *Crime no 311* pode ser lido como uma peça de uma disputa mais ampla entre o delegado de polícia e a imprensa.

¹¹Laís Costa Velho nasceu em Juiz de Fora no dia 12 de janeiro de 1932. É escritor, jornalista, dramaturgo e poeta. No ano de 1956 chegou à cidade de Duque de Caxias, secretariou os Jornais *O Municipal* e *Folha da Cidade*. Foi fundador da Academia Duquecaxiense de Letras e Artes (ADLA).

¹² LEMOS, Silbert Santos. *Sangue no 311*. Rio de Janeiro, RJ: Reper Editora, 1967.p.12

Em relação às disputas de poder que envolviam os lupanares, as meretrizes e o corpo policial na cidade de Duque de Caxias, estudá-los se tornou importante para entender o cotidiano da cidade e os conflitos políticos entre a polícia, pois as mesmas foram chaves fundamentais para analisar como se configurava o cotidiano da autoridade policial. O livro *Que tenhas teu corpo* da historiadora Cristiana Schettini (2006) foi importante para compreender a história da prostituição no Rio de Janeiro na Primeira República e a relação das prostitutas com a autoridade policial.

Diante disso, a minha pesquisa pretendeu contribuir para a história da Baixada Fluminense, a partir do estudo da figura desse delegado de polícia, a fim de entender como esses conflitos políticos e disputas de poder cruzaram no cotidiano desses grupos. Busquei olhar para além das histórias tradicionais contadas sobre Duque de Caxias, e colaborar com as pesquisas sobre a história vista de baixo, aproximando-se do cotidiano da cidade. Esse estudo ofereceu novos horizontes para compreender como se configurava o poder local a partir dos conflitos políticos e das disputas internas entre a própria polícia e figuras de poder da cidade.

Capítulo 1 - Duque de Caxias: Silbert dos Santos Lemos rumo a novas aventuras.

1.1. Uma breve história sobre a cidade de Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias é um distrito emancipado de Nova Iguaçu, que tornou-se independente em 31 dezembro de 1943 através do Decreto-Lei Estadual número 1055, integrando os distritos de Meriti, Imbariê¹³ e parte de Belford Roxo. O Decreto-lei nº 1056, formulado na mesma data, criou a comarca e o termo de Duque de Caxias,¹⁴ passando a ser o 8º distrito de Nova Iguaçu.

Cantalejo aponta, ao analisar o processo de autonomia do município de Duque de Caxias, que inicialmente “está relacionado a realidade local e a formação de um grupo denominado UPC (União Popular Caxiense) formado por jornalistas, médicos e políticos locais”.¹⁵ Esses grupos ainda se destacaram no âmbito do comércio local, pois a partir de 1937 “comerciantes e membros da UPC fundaram a Associação Comercial e Industrial de Duque de Caxias que teve Antônio Moreira de Carvalho – membro da UPC– como o seu primeiro presidente.”¹⁶ Esses agentes, segundo o autor já citado, demonstraram “a ascensão do comércio na região. A associação Comercial passou a ser também um órgão de atuação política junto as autoridades municipais e estaduais, cuja influência se faz presente até os dias atuais.”¹⁷

Após ser desmembrado de Nova Iguaçu, Caxias cresceu rapidamente, passando a se integrar à cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, foi possível apontar como a cidade de Duque de Caxias, tornou-se fundamental, tanto para a economia local como para o Estado do Rio de Janeiro, principalmente, após a construção do parque industrial. Segundo Lazaroni, Duque de Caxias deixou de ser

¹³ Antes, chamava-se Estrela.

¹⁴ Para mais informações consultar o livro de MORAES, LAZARONI, Op.Cit.,p.160

¹⁵ CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.p.26

¹⁶ *Ibidem*.p26.

¹⁷ *Idem*.

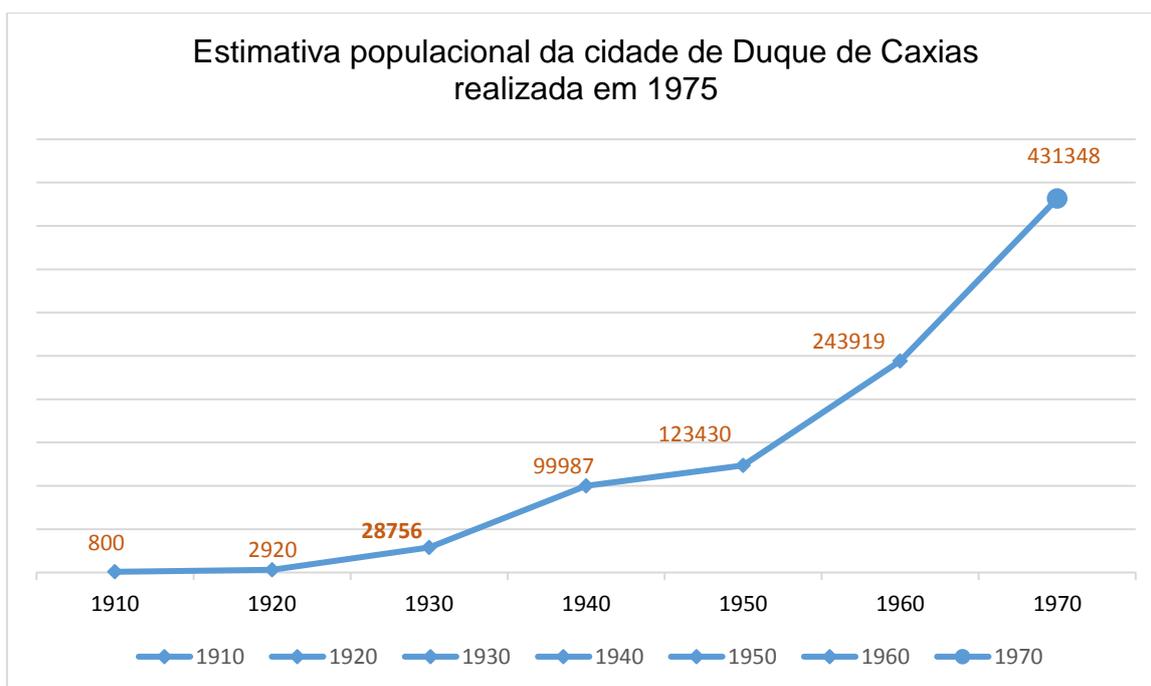
conhecido como “cidade dormitório” após possuir um dos maiores polos industriais do país para ela, “este fenômeno nos deu posição de destaque dentro da região metropolitana passando a importante subcentro”¹⁸, conseqüentemente a cidade passou a gerar um comércio forte, atendendo a novas demandas econômicas. Tal afirmação precisa ser analisada cuidadosamente, pois o processo de emancipação de Duque de Caxias e seu crescimento econômico não se deu imediatamente¹⁹, sendo o Rio de Janeiro ainda o ponto principal da demanda no mercado de trabalho.

Junto a crescente economia, também houve um aumento populacional, segundo uma estimativa do IBGE feita em 1975, no ano de 1910 a população era apenas de 800 pessoas, em 1920 de 2920 habitantes, em 1930 aumentou consideravelmente, passando para 28.756 pessoas, próximo a sua emancipação em 1940 a sua estimativa era de 99.987 pessoas, já em 1950 a população era de 123.43, na década de 1960 passa para 243.619 e em 1970 o número da população eleva de forma expressiva para 431.348.

Para Lazaroni, o crescimento de Duque de Caxias pode ser explicado pelos interesses econômicos na cidade, como empreendimento imobiliário. Para ela, essa seria a explicação para que o município apresentasse pouca atividade agrícola. Se analisarmos mais afundo veremos que o crescimento populacional vai além de interesses imobiliários, envolvendo processos políticos e sociais. A constante migração e imigração para o Rio de Janeiro aumentava o fluxo de moradores na cidade, levando-os as favelas ou aos subúrbios. Realocar essas pessoas na Baixada Fluminense seria uma das soluções para diminuir o fluxo desses moradores no Rio de Janeiro. Um outro fator seria o fácil acesso ao transporte público, como as ferrovias na localidade. Os lotes de terras com preço acessível, tornou-se uma estratégia para a construção de imóveis nesse município.

¹⁸LAZARONI, *op. cit.* p.16. Apesar do desenvolvimento da cidade de Duque de Caxias, a população não foi beneficiada, apenas a elite local. Um exemplo básico é a falta de saneamento e estruturas nas casas desses trabalhadores da classe baixa. Esses diariamente se locomoviam até o centro do Rio de Janeiro para trabalharem nas casas de famílias ricas além de, outros serviços.

¹⁹ Para informações sobre o processo de emancipação da cidade de Duque de Caxias indico o texto de SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: entorno, 2007.



Estimativa populacional realizada pelo IBGE no ano de 1975 na cidade de Duque de Caxias.

É nessa cidade que Santos Lemos passa a viver, no primeiro momento no papel de jornalista policial, correspondendo a jornais do Rio de Janeiro, como por exemplo, *O Dia* e *A Notícia*. No decorrer da sua vida, exerceu vários cargos e contribuiu para a história da cidade de Caxias, participando da “nata” da sociedade Caxiense. Para Lemos, inicialmente, a cidade de Duque de Caxias era um lugar de aspecto negativo, tal afirmação pode ser justificada em seu livro quando relata que se recusou a registrar seus primeiros filhos na cidade de Duque de Caxias, fazendo-o no cartório da cidade do Rio de Janeiro, pedia que Deus o livrasse de ter filhos caxienses. Com o passar dos anos, criou novos laços de sociabilidade, modificou sua concepção sobre o município, compreendeu a particularidade da cidade e foi reconhecendo aspectos positivos. Segundo Lemos, foi crescendo dentro dele “um amor à terra de Lima e Silva, e com ele um desejo de publicar a verdade, doesse a quem doesse, inclusive o lado bom do município”.²⁰Essa identidade de Caxiense que Lemos construiu ao longo de sua carreira foi evidenciada quando relatou que, diferente dos primeiros filhos, seus últimos filhos foram registrados no cartório de Gastão Reis.²¹

²⁰ LEMOS, *Op.cit.* p.14

²¹Gastão Glicério de Gouveia Reis, primeiro prefeito da cidade de Duque de Caxias eleito pelo voto direto e dono do cartório citado por Lemos. Gastão Reis administrou a cidade de 28 de setembro de 1947 a 28 de dezembro de 1950.

1.2. O papel de autoridade policial na figura de Silbert dos Santos Lemos



Retirado do livro de: ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. ASAMIH.2014

Ao falarmos sobre um delegado de Polícia, torna-se fundamental compreender a adoção dessa figura policial no Brasil. Nesse sentido, o primeiro projeto de polícia surgiu com a vinda da Família Real para o Rio de Janeiro em 1808 e a criação do Intendente Geral da Polícia, cujo modelo era português, sua função era a de administrar a cidade. Em 13 de maio de 1809, criou-se um novo órgão chamado Divisão Militar da Guarda Real de Polícia, com o objetivo de ajudar a intendência. É dessa divisão militar que mais tarde se originou a polícia militar, sua estrutura não sofreu muitas modificações após a Independência do Brasil, em 1822. É a partir dessa observação de Bretas que, busquei analisar a figura de Santos Lemos e as relações de disputas interna do corpo policial da Baixada Fluminense.

Ao analisar a figura de Silbert dos Santos Lemos, foi preciso destacar que esse repórter policial, escrivão da polícia, delegado, advogado e literato, formou-se em Direito na Universidade Federal Fluminense (UFF). Nasceu no Rio de Janeiro, em 19 de agosto de 1928, no bairro da Tijuca e faleceu na cidade de Duque de

Caxias, em 1987. Lemos foi fundador da Academia Duque Caxiense de Letras e Artes, participou da União brasileira de Trovadores e da Sociedade de Cultura Artística de Duque de Caxias.

Em 1953, chegou à Caxias para exercer o cargo de jornalista policial como correspondente dos jornais, *O Dia* e *A Notícia*²². Após o golpe civil-militar de 1964, foi aprovado em primeiro lugar no primeiro concurso pós-golpe para delegado do estado do Rio de Janeiro. Como delegado, exerceu ao longo dos anos seu mandato em Angra do Reis, Paraty, Bom Jesus de Itabapoana, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Casimiro de Abreu, Madureira (na 29ª Delegacia de Polícia) e também, ocupou o cargo titular de delegado em Duque de Caxias por volta de 1972-1973, em Imbariê²³. Ao longo de sua carreira, Lemos escreveu três livros que fazem parte da coleção *Crimes que abalaram Caxias: Sangue no 311* (1967), *O Negro Sabará* (1977) e *Os Donos da Cidade* (1980). Com os diversos cargos que ocupou ao longo de sua carreira, sua figura se tornou importante para compreender os conflitos e tensões internos da delegacia que perpassa pelo mundo da política na cidade de Duque de Caxias.

Assim, como Bretas, ao debruçar seus estudos nos registros de ocorrências no intuito de compreender as relações policiais com o público, analisei o livro escrito por Santos Lemos. Nesse sentido, a partir do livro de Lemos pude notar o quanto essas relações eram visíveis e o papel que ele exercia dentro do corpo policial que, naquele momento, era de repórter policial. Ao estudar sobre a figura de Lemos pude notar que através das notícias policiais que ele escrevia estas eram fundamentais como parte de um processo da história da Baixada Fluminense. Lemos ao ser correspondente de jornais do Rio de Janeiro, conectava a cidade de Duque de Caxias ao Rio através das suas notícias e demonstrava que Caxias não era um lugar isolado como costumava ser conhecida, mas dialogava diariamente com o Rio de Janeiro e cidades limítrofes.

Os registros estudados por Bretas retratavam o trabalho cotidiano dos policiais. Ao analisar tais registros, Bretas concluiu que, até mesmo o trabalho criminal da polícia se definia como um campo de disputas entrelaçadas com o

²² Lemos substituiu o repórter policial Barreira, na cidade de Duque de Caxias.

²³ Localizado no Município de Duque de Caxias, seu bairro, situado entre o mar e a serra fazia parte do antigo Porto da Estrela, que servia de descarga de mercadoria vindo de outros lugares como por exemplo Petrópolis.

cotidiano dos distritos da cidade. Em relação aos relatos de Lemos, esse destacou que havia uma disputa entre a polícia, políticos e autoridades locais, ou seja, uma rede de conexões era estabelecida entre a polícia e seus contribuintes, no qual os considerava como criminosos.

Criminosos incursos nas mais diferentes penas do Código Penal, transitavam pela cidade, os mais audaciosos pela porta da Delegacia, quando não descansavam na varanda rústica, batendo amistosos “papos” com os investigadores, soldados e “alcaguetes”.²⁴

Seguindo o mesmo pensamento de Lemos, Costa Velho em *Caxias ponto a ponto* afirmou que a polícia nunca teve grande autonomia na cidade de Duque de Caxias: “atrás das cortinas policiais sempre existiram homens que dominavam completamente qualquer reação ou justificação de uma atuação policial à altura do crescimento municipal”.²⁵

Por ser uma cidade emancipada em 1943²⁶, a polícia de Duque de Caxias, era recente e buscava estabelecer sua identidade enquanto autoridade policial local, apesar das regras na polícia já estarem estabelecidas no período. Lemos, descreveu que a polícia, por diversas vezes, deixou de cumprir leis ou enquadrar certos delitos em categorias específicas, a fim de fazer a ordem acontecer ou até mesmo, estabelecer certos padrões na ordem local. Nesse sentido, Lemos buscou denunciar os interesses políticos que perpassava pela delegacia. Essas denúncias fazem referência desde a criação da polícia de Duque de Caxias até o período em que ele atuou. Segundo diversos autores, a delegacia de Duque de Caxias surgiu para confrontar e acabar com o poder do Deputado Tenório Cavalcanti na cidade.²⁷

Dentro da delegacia 311 essas disputas política se destacavam principalmente ao utilizarem os “alcaguetes” para manterem a ordem na cidade e os interesses particulares da elite local. Lemos denúncia em *Sangue no 311* que a polícia de Duque de Caxias não tinha autoridade, que os políticos locais diversas vezes passavam por cima da autoridade policial. Além disso, as maiores vítimas da

²⁴ LEMOS, *op. cit.* p.16

²⁵ VELHO, Laís Costa. *Caxias, ponto a ponto (1953 a 1957)*. Editora. Agora, 1965.p.30

²⁶ Apesar de ser emancipada em 1943, é preciso destacar que não foi um processo tão simples. Para mais informações sobre o processo de emancipação consultar SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: entorno, 2007.

²⁷ Consultar GRYNSZPAN, Mario. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. *Revista brasileira de ciências sociais*, v. 5, n. 14, 1990.

polícia eram as prostitutas, presas diversas vezes com o intuito de manter a ordem e “limpar” a cidade, assim como, ocorreu na década de 1910.

Como delegado de polícia em outro Município, Santos Lemos buscou denunciar as arbitrariedades que ocorreram na delegacia 311. As notícias publicadas por ele no período em que atuava como repórter policial deu origem ao livro *Sangue no 311*.

Lemos destacou em seu livro, o cargo que cada um obtinha dentro da delegacia, na busca por explicitar os interesses internos a partir das disputas por cargos dentro da instituição policial. Nesse sentido, foi possível compreender o papel de cada um, como por exemplo, a figura do delegado de polícia que era ligada diretamente a um cargo político, cargo que naquele momento era ocupado por Amil Ney Richaid, também Deputado Federal. Esse tinha papel fundamental no corpo policial, assim como o comissário e todos os outros membros da polícia.

Santos Lemos em seus relatos descreveu o papel dos funcionários da polícia com destaque ao dia-a-dia e suas disputas políticas com os donos dos lupanares, políticos e a elite local. Nesse sentido, Lemos relatou como os cargos na polícia eram obtidos, como por exemplo, os subdelegados que entravam para a polícia a partir de influências políticas, ou os “alcaguetes” que ao ajudarem a polícia esperavam se fixar na delegacia como funcionário.

O livro de Tânia Maria da Silva Amaro de Almeida nos possibilita ter uma visão geral sobre a figura de Santos Lemos. Ao estudá-lo, a autora teve como objetivo “pensar as concepções de cidade esboçadas por um autor que escreveu sobre a cidade na sua própria contemporaneidade”.²⁸ Tânia, também, buscou “examinar a história da cidade de Duque de Caxias durante 1950 e início de 1980 através da literatura”.²⁹ Nesse sentido, a autora aborda as representações da cidade a partir da figura de Santos Lemos no papel de escritor-cronista, pois para ela, esse contribuiu para compreender a cidade de Duque de Caxias, a partir de uma visão literária.

Tânia Amaro buscou dividir seu texto em três capítulos, o primeiro aborda o contexto geral historiográfico sobre a cidade de Duque de Caxias; o segundo por

²⁸ ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. *Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980)*. Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio, 2012, p. 17.

²⁹ *Ibidem*.p17

sua vez analisa Lemos como representação, dialogando com a cidade e as pessoas que ali residem; o terceiro e último, debruça-se sobre a literatura como fonte histórica.

Ao falarmos da delegacia sobre a qual Santos Lemos escreveu no papel de jornalista policial, vale ressaltar que essa se localizava na Avenida Plínio Casado, número 311, referência recuperada no título do seu primeiro livro *Sangue no 311*. Como delegado de polícia em outro Município, Santos Lemos buscou denunciar as arbitrariedades que ocorreram na delegacia de Duque de Caxias, a partir das notícias publicadas por ele nos jornais do período em que atuava como repórter. Essas notícias deram origem ao seu livro.

As disputas políticas e os conflitos internos foram um dos motivos que levaram Lemos a publicar o livro *Sangue no 311* denunciando as torturas e fraudes que ocorriam dentro da delegacia de Duque de Caxias. Sua publicação ocorreu em plena ditadura civil militar e quando o mesmo estava no cargo de delegado em outro Município, o que torna evidente essa teia de disputa no interior da instituição policial. A própria publicação, primeiro na imprensa e depois como livro de textos de denúncias sobre o que acontecia em outra delegacia visibiliza que a polícia não era um todo monolítico homogêneo de pessoas que se defendiam umas das outras, mas que internamente havia conflitos e tensões que perpassavam o mundo da política. Nesse sentido, o próximo sub-capítulo deixa evidente a troca de interesses, a partir da análise da relação entre o Deputado Tenório Cavalcanti, um dos maiores influentes políticos na cidade de Duque de Caxias, e o jornalista Santos Lemos.

1.3. Santos Lemos e Tenório Cavalcanti junto à “Luta Democrática”



O cruzeiro, *O Deputado Pistoleiro*, 1950.p.68

Natalício Tenório Cavalcanti, conhecido pelo seu vulgo *O homem da capa preta*, nasceu em Alagoas, em 27 de setembro de 1906 e faleceu em Duque de Caxias, em 1987. Ao longo de sua vida, foi jornalista, proprietário do jornal *A Luta Democrática*, político e advogado e atuou por 28 anos em diversos cargos.

Antes de chegar ao Rio de Janeiro, esse vivia no sertão alagoano, “seus pais, pequenos proprietários, constituíam um ramo empobrecido do poderoso tronco nordestino dos Cavalcanti de Albuquerque”³⁰. Quando Tenório tinha onze anos seu pai foi assassinado em sua casa, por conflitos relacionados à “terra”. Sua mãe inconformada com a situação prometeu vingança. “Mãe e filho, juntos, fizeram o juramento de morte: não descansariam até que encontrassem o assassino de Antônio. Necessitavam lavar a honra da família e a mágoa de seus corações”³¹. Aos 12 anos, Natalício se envolveu em uma briga referente ao assassinato de seu pai, para se proteger de possíveis retaliações, abrigou-se na casa do Coronel Felino³², em Quebrangulo, no estado de Alagoas. Com o passar dos anos, sua família se estabeleceu em uma outra cidade de Alagoas e o homem a quem havia prometido vingança apareceu morto, nesse sentido, a vida de Tenório tomou novos rumos.

Assim, como muitos nordestinos que sofriam com a seca e a falta de emprego, aflorou em Tenório o desejo de ir para a cidade do Rio de Janeiro, no intuito de encontrar novas oportunidades de emprego. Sua vontade se concretizou quando sua irmã se casou com seu primo Ulisses, ou seja, Natalício transferiu a responsabilidade de cuidar da sua família para seu primo e atual cunhado.

³⁰BELOCH, Israel. *Capa preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o povo da Baixada*. Editora Record, 1986. p.44

³¹FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito*. São Paulo: Record, 1986.p.24.

³² Coronel Felino Tenório de Albuquerque era parente de Tenório Cavalcanti, obtinha renome e poder na Cidade de Quebrangulo, Alagoas. Atualmente, uma das ruas da cidade leva o seu nome.

Em sua viagem para o Rio de Janeiro, levou consigo como garantia uma carta de recomendação ao seu padrinho Doutor Natalício Camboim³³, em busca de abrigo e proteção na cidade. Ao chegar no Rio de Janeiro, não encontrou seu padrinho, pois esse havia viajado em campanha eleitoral para Alagoas. Assim, como muitos nordestinos que saíam de suas casas em busca de crescimento na cidade do Rio de Janeiro, Tenório passou por diversas experiências, trabalhos e dificuldades financeiras, até que por intermédio do seu padrinho, após sua volta de Alagoas, conseguiu se estabelecer em alguns empregos.

Um dos trabalhos que o ajudou a se estabelecer financeiramente foi o cargo de Capataz na Fazenda Santa Cruz, contribuindo com as obras que eram realizadas na estrada Rio-Petrópolis, na cidade de Duque de Caxias. A partir desse emprego, Tenório começou a ser conhecido na Baixada-Fluminense. Com passar dos anos adquiriu fama e conhecimento na cidade de Duque de Caxias, exercendo inúmeros cargos políticos e conquistando espaço na sociedade; foi assim que nasceu o mito do *Homem da Capa Preta*.

Em 1954, na busca para expressar suas ideias e se defender de acusações fundou o jornal *A Luta Democrática*, de cunho popular, foi considerado um grande passo para a política que vinha exercendo. Conhecido por seu caráter sensacionalista, seu jornal focava nas notícias policiais, onde descrevia detalhadamente as provas dos crimes e anexava as fotos dos mesmos, buscando através disso demonstrar a veracidade dos fatos. As fotos publicadas eram constrangedoras, todo esse arsenal sensacionalista, deu fama a sua figura e seu personagem. Apesar das notícias exageradas, a criação do mesmo contribuiu para reivindicar a luta da classe pobre e trabalhadora, chamando atenção para as autoridades do Rio de Janeiro.

O lema do Jornal de Tenório era: “um jornal que luta por aqueles que não podem lutar”.³⁴ Nesse sentido, o artigo de Cláudio Araújo de Souza e Silva, justifica a importância que o jornal de Tenório foi para a população local, segundo ele:

“[...] a Luta Democrática não se construiu apenas sobre a politização da violência. O jornal estabeleceu um diálogo com as classes pobres e

³³ Natalício Camboim de Vasconcelos nasceu em Barreiros, Estado de Pernambuco, no dia 23 de maio de 1872. Foi industrial em Alagoas e deputado federal pelo mesmo estado de 1909 a 1926. Para mais informações consultar: DE ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora FGV, 2015.

³⁴FORTES, *Op. cit.*, p.182

trabalhadoras [...], Tenório Cavalcanti criou uma identidade singular e bastante representativa dentro do campo político do Rio de Janeiro”.³⁵

A partir das notícias estampadas no jornal *A Luta Democrática*, analisei que Santos Lemos ao vir para a cidade de Duque de Caxias, constituiu sua carreira e vida social na cidade, suas conexões se davam em diversas classes sociais. Lemos participou de eventos e foi membro de clubes e associações importantes, tendo contato com a elite local. Nesse sentido, seu nome foi destaque em inúmeras notícias e eventos.

No jornal *A Luta Democrática*, há inúmeras notícias escritas por Santos Lemos, ou sobre a sua figura. Ao analisar o jornal de Tenório Cavalcanti, há uma coluna chamada *Flashes de Caxias*, que contava em suas crônicas o dia a dia da cidade e histórias relacionadas as autoridades locais e policiais, aparecendo diversas vezes o nome de Santos Lemos.

Para Santos Lemos, Tenório Cavalcanti foi um homem de destaque, pois no período do Coronel Feio³⁶ e do Governador Amaral Peixoto³⁷, Tenório foi um dos poucos homens que denunciou as arbitrariedades que a polícia da Baixada Fluminense vinha cometendo. Suas denúncias se destacavam, pois, eram feitas a partir de entrevista, na Câmara Federal. A criação do seu jornal *Luta Democrática*, era utilizado como ferramenta diária para se defender dessa autoridade, Tenório se colocava no papel de vítima da mesma. Lemos dizia que suas denúncias “Era pau nas reportagens, nas crônicas ou nos artigos de fundos, redigidos pelo Promotor público carioca Pamplona ou pelo Advogado Hugo Baldessarini”.³⁸

Lemos relata que Tenório se destacava, pois, seu nome era noticiado em todo território brasileiro, principalmente quando sua figura estava diretamente

³⁵SILVA, Claudio Araújo de Souza, artigo: *O lugar de Tenório Cavalcanti na política do Rio de Janeiro: Uma análise sobre o ano de 1954*, 2011

³⁶ Agenor Barcelos Feio nasceu em São Jerônimo (RJ) no dia 9 de abril de 1896. Na década de 1950 ocorreu uma disputa entre o Coronel Feio e Tenório Cavalcanti que resultou no episódio conhecido como “o cerco da polícia” à “fortaleza” de Tenório no ano de 1953. A justificativa do cerco era a acusação ao deputado da UDN Tenório Cavalcanti que fora responsabilizado pelo assassinato do delegado de polícia de Duque de Caxias (RJ), Albino Martins Imparato. Para mais informações sobre sua trajetória e conexões com a cidade de Duque de Caxias consultar os verbetes do site do CPDOC- link: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/FEIO,%20Agenor%20Barcelos.pdf>

³⁷ Ernâni Amaral Peixoto nasceu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 14 de julho de 1905. Ao longo de sua carreira exerceu o cargo de Governador. Para mais informações consulta os verbetes do site do CPDOC- link: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/brasil/dhbb/Ernani%20do%20Amaral%20Peixoto.pdf>

³⁸ LEMOS, *Op.cit.* , p.25

conectada a episódios políticos em Duque de Caxias. Lemos descreve que antes de conhecer Tenório pessoalmente

“[...] imaginava Tenório com um ar de bandoleiro, o chapéu-coco caído sobre os olhos, a metralhadora “Lurdinha” a surgir indiscretamente por baixo da capa preta ou exibindo as 47 perfurações de bala feitas em seu próprio corpo[...].”³⁹

Porém, após conhecê-lo, sua percepção sobre Tenório se modificou, demonstrando certa simpatia por sua figura. Para Lemos, Tenório “era brincalhão, até mesmo quando o criticavam, seja na imprensa falada ou escrita, ou em filmes, como o “Carnaval em Caxias”, da Flama, dirigido por Wanderley e Ieli”. Lemos afirmava que foi graças a imprensa carioca que Tenório se tornou popular e que “poucos homens no Estado do Rio são tão conhecidos como o “Homem da Capa Preta””.⁴⁰

Se no início, a relação de Lemos com Tenório parecia pacífica e amigável, essa relação, também, passou por conflitos. Lemos foi expulso do jornal *A Luta Democrática*, acusado de não contribuir com a verdade em suas notícias. Na coluna diária, *Flashes de Caxias*, do jornal de Tenório, Lemos foi participante assíduo, sendo elogiado inúmeras vezes, porém, após ser expulso foi alvo de inúmeras críticas. Quem assinava essas crônicas, criticando Lemos, utilizava o pseudônimo de *Sancho sem Pança*⁴¹.

Em uma reportagem escrita em 19 de abril de 1959, o Jornal *A Luta Democrática*, acusa Santos Lemos de ter escrito uma notícia falsa no *Correio da Manhã*, no intuito de se vingar de sua expulsão. Nessa notícia, Lemos é chamado de desclassificado, um repórter “pelego”, além de inescrupuloso, a notícia diz que “Santos Lemos, correspondente desse jornal, mais a serviço de inimigos mesquinhos de Tenório, desejosos de criar um clima hostil contra o injustiçado Manoel Tenório Cavalcanti⁴², menino inofensivo e com vida pregressa pacata”.⁴³

³⁹ *Ibidem*.p.26

⁴⁰ *Ibidem*, p.27

⁴¹ Francisco de Medeiros Chaves, cujo pseudônimo era Sancho sem Pança, foi candidato a vereador por Duque de Caxias com o *slogan* “para vereador, o amigo dos humildes”, apesar de escrever no jornal de Tenório Cavalcanti o mesmo não se candidatou pela UDN mas pelo partido PRT.

⁴² Sobrinho de Tenório Cavalcanti

⁴³ Jornal *A Luta Democrática*, 19 de abril, 1959.p.4

Apesar dos desentendimentos no ano de 1959, Santos Lemos em 1963 passa a atuar na rádio difusora da *Luta Democrática*⁴⁴, apresentava-se diariamente às 15 horas. Esse programa produzido por Lemos, chamava-se *Histórias que a calçada guardou*. Tal programa tinha o intuito de relatar “[...] fatos e desprendimento humano extraído de documentos perdidos e encontrados nas ruas da cidade progresso”.⁴⁵ A emissora fazia as relações dos documentos perdidos e buscava devolvê-los.

É nessa busca por conexões, que a figura de Santos Lemos foi se configurando, Tenório era chave fundamental, pois era uma das figuras mais conhecidas na cidade de Duque de Caxias e no Brasil. No papel de Jornalista e cronista, o Jornal de Tenório foi de suma importância para que Lemos fizesse parte da elite local e participasse de inúmeros eventos na cidade de Caxias.

⁴⁴ A Rádio Difusora Luta Democrática foi fundada por Leonídio Vieira, Francisco Brito e Dr. Amil Ney Richaid, posteriormente passou a pertencer ao Deputado Tenório Cavalcanti.

⁴⁵ Jornal *A Luta Democrática*, 23 de agosto, 1963.p.5

Capítulo 2 - Os informantes da polícia

2.1. Conquistando espaço no ambiente policial: Armando Belo França um “alcaguete” privilegiado.

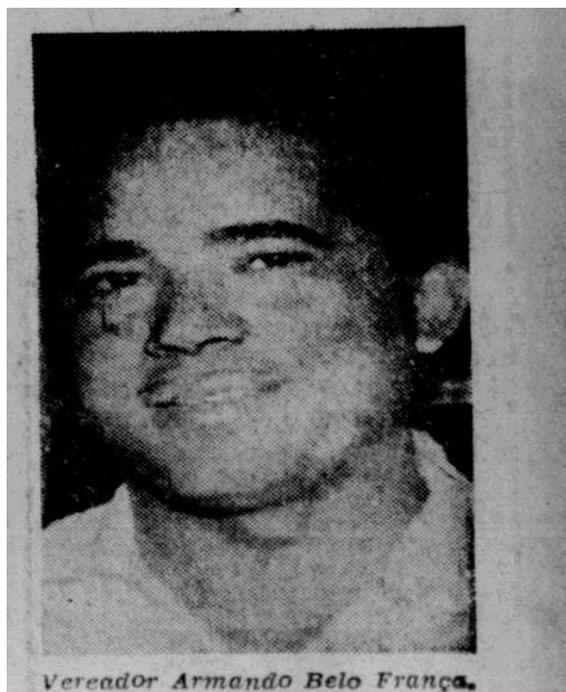


Imagem de Armando Belo França⁴⁶

No intuito de compreender o ambiente policial do prédio 311, o segundo capítulo do livro de Santos Lemos é fundamental porque fornece um panorama sobre o funcionamento da delegacia, as relações entre a polícia e as autoridades locais. Nesse sentido, foquei meu olhar nas relações de poder na cidade de Duque de Caxias entrelaçadas com o cotidiano da polícia do 311.

Ao falar sobre a figura de Lemos e a visão do mesmo sobre a cidade, Tania Maria acredita que

“Os textos de Santos Lemos revelam-nos várias possibilidades de leitura da realidade social e das disputas políticas que se davam na localidade. [...] Ali, estão representados os interesses dos grupos dominantes locais que detinham o controle do

⁴⁶ *Idem*. 14 de janeiro, 1960.p.1

aparelho burocrático e político, através das relações com o poder central”.⁴⁷

Ao decorrer do livro de Lemos, *Sangue no 311*, a afirmação de Tania se destaca, como na história contada nas narrativas memorialísticas de Lemos sobre a figura do “alcaguete”, Belo França. Os capítulos do livro de Lemos vão se interligando ao contar o cotidiano da cidade que perpassava pela delegacia, e pelos que ali, atuavam.

Ao chegar no quarto capítulo, “Os alcaguetes”, Lemos descreve detalhadamente a história do ex-vereador, Armando Belo França e o surgimento da sua conexão com os que ali trabalhavam na delegacia 311. Isso possibilitou compreender como as disputas políticas e os conflitos eram constantes entre a sociedade e as autoridades locais, além de explicar como o poder surgia na figura desses “alcaguetes”, a partir de uma teia de favores que perpassava por interesses políticos entre esses sujeitos.

Os “alcaguetes” do prédio do 311 eram homens fugidos da Justiça que vinham do Norte ou Nordeste, auxiliados pelos políticos e se tornavam delatores da polícia. Esses sujeitos recebiam proteção, viviam de gratificações e achaques. Faziam aquilo que desejavam, sem serem parados pelas autoridades, auxiliavam nas torturas do pau de arara e realizavam outros serviços ilegais para a polícia. França se enquadrava no conceito de “alcaguete”.

Na busca em justificar a forma como a polícia agia ou deixava de agir, Lemos nomeou as verdadeiras autoridades como os frequentadores assíduos da delegacia, sendo estes os “alcaguetes”, os políticos locais e pistoleiros profissionais de políticos do PSD.⁴⁸ Santos Lemos afirma que esses sujeitos ditavam as regras do 311 e anulavam o poder policial.

O trabalho dos “alcaguetes” era utilizado pela polícia no intuito de obter informações para prender os criminosos, ou até mesmo para interrogar suspeitos através das torturas. Armando Belo França ao realizar os serviços que a polícia determinava, selecionava objetos estrategicamente para a execução do sujeito, ou seja, era utilizado por ele uma pistola calibre 45, uma vela, uma faca e um embrulho de cannabis. O método de tortura, já citado anteriormente, empregado pela polícia

⁴⁷ ALMEIDA, *Op. cit.*, p. 106.

⁴⁸ PSD: Partido Social Democrata.

e executado pelos “alcaguetes” era o pau de arara, do qual Lemos descreve detalhadamente seu funcionamento.

“O sujeito, forçado a ficar de cocaras, com as mãos estendidas à frente dos joelhos, tendo os pulsos amarrados por uma corda, que lhe envolve também a cabeça. Um pau atravessa a abertura formada pelos braços e pelas pernas, por debaixo das juntas, ficando suspenso nas duas extremidades por mesas ou armários. E o corpo permanece no ar, manietado, imobilizado, a cabeça para baixo”⁴⁹

As prisões subsequentes de torturas, aconteciam através de denúncias, os chamados “dedos duros”⁵⁰ que subornavam o chefe da sessão de furtos e roubos para conseguir informações e realizar as torturas. Quando aplicada, muitos não resistiam, devido às fortes pancadas nos órgãos. Mas se sobrevivessem, os informantes da polícia utilizavam formas alternativas de concluir o serviço que tivesse sido dado, pois corriam o risco de sofrerem retaliações de suas vítimas. Nesse sentido, Lemos acreditava haver um

“concluo entre as autoridades caxienses e o Hospital Getúlio Vargas, no sentido de que uma injeção aplicada no lugar pré-determinado e de drogas fatais, eliminaria sumariamente a mau elemento, que persistia em agir na baixada fluminense, e que fora ferido pela polícia ou por outros marginais”.⁵¹

Antes de assassinar um sujeito, França buscava analisar e obter todas as informações possíveis na delegacia. Buscando adquirir dados do procurado. França “tomava as seguintes precauções: falava com o repórter de setor na delegacia, com o delegado ou com o comissário, e saía em frente”.⁵² Assim como outros “alcaguetes”, ao realizar esses serviços, França acreditava estar ajudando a polícia a limpar a cidade de criminosos, colocando-se no papel de justiceiro.

Com a função de exterminar o sujeito, Armando deveria estrategicamente, ir ao seu encontro e em seguida matá-lo. Nesse sentido, a partir das conexões estabelecidas com moradores da localidade, contraventores, políticos, e outros sujeitos ativos na sociedade, Belo França encontrava sua vítima. Ao se deparar com

⁴⁹LEMOS, *Op. cit.* p.19

⁵⁰Os “dedos duros” podem ser designados a outros “alcaguetes” ou a qualquer um que resolvia delatar uma pessoa.

⁵¹LEMOS, *op. cit.* p.20.

⁵² *Ibidem.* p.34

“o dito cujo”, fuzilava-o imediatamente, logo, “a vítima, caía numa poça de sangue, nas ruas escuras ou sujas veredas”.⁵³

Os objetos de execução, já citados, utilizados por Belo França fazia parte de uma cena fraudulenta montada por ele. Segundo Lemos depois de matá-lo:

“Era dado início, então, ao rito diabólico: uma vela, num requinte respeitoso de religiosidade, era acesa ao lado do cadáver, crivados de bala calibre 45; a faca, tipo “peixeira”, era colocada ao lado direito do corpo, afim de provocar a tese de legítima defesa, e o embrulhinho de maconha no bolso traseiro da calça.”⁵⁴

Apesar da morte e tortura dos considerados criminosos, nem todos passavam por essa situação, como a história do Jorge Morais, conhecido como “Jorge Bombeiro”. Acusado de ser cúmplice de “Tininho”, contraventor do Parque de Diversões. Esse foi preso por soldados da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, porém dias depois, estava solto e andava pelas ruas de Caxias. Era frequentador assíduo da Pensão de Dona Olinda Macedo,⁵⁵ prostíbulo localizado em frente à prefeitura e filial da Luta Democrática. Nesse sentido, é evidente que “Jorge Bombeiro”, demonstrava forte ligação com as autoridades locais, o que permitiu sua soltura, apesar de ter sido preso na cidade do Rio de Janeiro.

Assim como a história de “Jorge Bombeiro”, um outro relato feito por Lemos sob a desova⁵⁶ de corpos no canal Meriti, próximo à linha férrea, ajuda-nos a compreender as funções que os “alcaguetes” realizavam na cidade de Duque de Caxias. Lemos buscou justificar o porquê das autoridades não tomarem nenhum tipo de atitude relacionada aos acidentes e à superlotação dos vagões da Linha Férrea Leopoldina Railway, sentido Baixada Fluminense. Silbert relata que os trens eram lotados, pessoas vinham penduradas nas portas,⁵⁷ quando o trem chegava depois de Vigário Geral,⁵⁸ muitos batiam a cabeça em uma viga de ferro e caíam no chão ou no rio que havia ao lado, isso causava muitas mortes. O motivo pelo qual as autoridades não agiam em relação a esses acidentes, dava-se devido ao fato de

⁵³ *Idem.*

⁵⁴ LEMOS, *Op. cit.*, p.34

⁵⁶ É utilizado esse termo quando um corpo é levado de um lugar para o outro, a fim de encobrir as provas relacionadas ao crime realizado.

⁵⁷ Lemos compara as pessoas que ficavam penduradas nas portas dos trens com pingentes de um colar, daí o significado do termo dado por ele.

⁵⁸ Bairro que atualmente faz fronteira com a Cidade de Duque de Caxias além, dos bairros Jardim América, Irajá e Parada de Lucas.

que muitos corpos mortos pela polícia também eram jogados nessa linha férrea ou no Canal Meriti, ou seja, nada era feito para melhorar a estrutura dos trens, o local era usado para despejar os corpos dos mortos por eles. Desejava-se assim, a manutenção do silêncio diante dos acidentes do Leopoldina.

Ao analisarmos esses "alcaguetes", é preciso destacar que Armando Belo França foi a figura que obteve maior influência na delegacia, sendo esse utilizado por Lemos como "pano de fundo" para as questões que abordou em seu livro. Lemos inicia *Sangue no 311* com detalhes do seu primeiro contato com França, ou seja, o capítulo de Lemos é a descrição das suas primeiras impressões de Belo França com a delegacia e aos que ali atuavam. Nesse sentido, Lemos começa o livro com a história do "vendedor de queijos", Armando Belo França, relata esse primeiro contato e as impressões sobre França.

Lemos ao criar sua narrativa, descreve que França era um vendedor de queijos, oferecia seu produto pela cidade de bicicleta e tinha como fregueses, os funcionários da delegacia do 311. Lemos deixa evidente que Armando era íntimo dos que ali trabalhavam no 311. Entre eles, estavam três escrivães: Pedro Balduino Lacerda, Pedro Paulo Austran e Wilson da Silva Jardim, esse último o convidou para tomar um café. Ao descrever a situação, Lemos diz que após voltarem do café, Armando Belo França, aproximou-se de sua figura e o acusou de ter publicado uma nota de caráter duvidoso no jornal *O Dia*, onde o jornalista havia trabalhado.

Segundo França, a nota publicada no jornal, acusava-o de matar um operário a facadas por ter mexido com sua mulher, além de relatar que esse era um "perigoso maconheiro". Santos Lemos buscava contrapor a acusação de França e afirmava que aquela nota não tinha sido escrita por ele, pois o mesmo não se encontrava mais na redação. O que mais indignou o vendedor de queijos não foi ter matado o operário, mas ser chamado de maconheiro. Tal afirmação mexeu com sua dignidade, pois segundo ele, o fato não era verídico. França terminou o seu diálogo dizendo: "por causa disto é que eu não gosto de repórter e nem de jornal"⁵⁹, ou seja,

⁵⁹ LEMOS, Op Cit, p.18

o jornal era para ele uma fonte mentirosa⁶⁰. Esse capítulo do livro de Lemos é sua primeira observação das pessoas que circulavam na delegacia.

Nesse primeiro contato com França, Lemos buscou compreender o porquê da aproximação de Armando com os funcionários da delegacia, procurando mapear o funcionamento do local, pois era recém-chegado à cidade de Duque de Caxias. França foi considerado por Lemos como um desses criminosos que circulavam livremente pela cidade.

As conexões que aproximaram Armando da delegacia, foi o estabelecimento de fortes ligações com o delegado Amil Ney Richaid⁶¹, apesar de França já ter prestado anteriormente, serviços na delegacia. A função de “alcaguete” que exercia para a delegacia, fez com que vencesse as eleições para vereador. França oferecia seus serviços de “alcaguete” ao comissário Steel, obedecia sempre suas ordens, com o intuito de subir de cargo. Suas contribuições como “alcaguete” o levou ao posto de motorista da viatura da delegacia.

Como motorista sempre que necessário, levava a viatura para casa. Seus vizinhos acreditavam que França havia estabelecido contrato fixo na polícia, devido a viatura estar estacionada em sua casa. Nesse sentido, “seus vizinhos, no bairro do Centenário,⁶² começaram a respeitá-lo como investigador, o que ele não corrigia”⁶³. Para se aproveitar da situação, França utilizou a viatura para se autopromover como policial na função de investigador. No papel de falsa autoridade, passou a ser respeitado pelos moradores do seu bairro. Em sua falsa função, Armando Belo França, passou a resolver:

“[...] as ocorrências de pouco vulto, concedendo pareceres e sentenças, distribuindo pancadas e conselhos, como melhor lhe conviesse. Não fugia nos momentos perigosos, enfrentando adversários de arma na mão, cometendo já seus primeiros crimes como policial”.⁶⁴

Quando França conheceu o delegado Amil Ney Richaid, na delegacia do prédio 311, obteve mais liberdade e novas funções na delegacia, tornando-se íntimo

⁶⁰ Nos capítulos subsequentes será possível compreender o motivo pelo qual França não gostava de jornalista, pois esses revelavam notícias que comprometia seu trabalho de “alcaguete” e punha em risco sua figura pública enquanto estava no cargo de vereador.

⁶¹ Amil Ney Richaid foi delegado em Duque de Caxias e também atuou em Nova Iguaçu. Foi Deputado Federal. No papel de delegado auxiliou na elaboração da construção do Patronato de São Bento, localizado na cidade de Duque de Caxias.

⁶² Bairro localizado próximo ao centro de Duque de Caxias.

⁶³ LEMOS. *Op. cit.*, p.33

⁶⁴ *Ibidem*.p.33.

e o braço direito do delegado. Seu encontro com Amil aconteceu em 6 de agosto de 1953, França foi enquadrado sob a pena do artigo nº 129 do Código Penal,⁶⁵ teve seu processo preparado por Wilson da Silva Jardim, relatado e remetido pelo escrivão Pedro Balduino Lacerda, os mesmos com os quais tomava café, após tornar-se frequentador assíduo da delegacia. Ao longo do seu processo, aproximou-se dos que ali estavam na delegacia, em especial do delegado Amil Ney Richaid, que segundo Lemos, levou-o, praticamente, ao cargo de comissário, onde França deliberava várias funções dentro da delegacia. “Houve época que quem mandava na Delegacia, não era nem o código Penal ou de Processo, ou o Delegado. Era o “seu” Armando de Bela França [sic], que se tornou um dos donos da terra”.⁶⁶

O cotidiano da delegacia era agitado, assim como França, havia outros “alcaguetes” que realizavam serviços, como por exemplo, acompanhar as rondas noturnas junto aos subdelegados.⁶⁷ Evódio César de Almeida, “Pernambuco” e Antônio Bernardo, vulgo “Carioca” eram exemplos de “alcaguetes” contratados pela polícia. Em uma dessas rondas, foram alertados de que José Brum Sobrinho, vulgo “Jóca” promovia a desordem no bairro Vila São Luiz,⁶⁸ para encontrá-lo saíram à procura de “Joca”, o sub-delegado Jonathan⁶⁹ e os alcaguetes Armando Belo França e “Carioca”. Ao chegar ao local, José Brum não recebeu o carro da polícia de forma pacífica e atiraram nos sujeitos, começou-se assim, uma troca de tiros. Lemos relata que nessa troca de tiros, Armando era mais acostumado com a situação, agiu diferente enquanto os outros, esconderam-se atrás da caminhonete do subdelegado, França se embrenhou numa moita alta de capim que havia na proximidade, porém “Jóca” ao se ferir, resolveu se esconder na mesma moita de França, sendo capturado por ele.

Com a ordem do subdelegado, foi colocado na caminhonete “Jóca” e como de costume, seguiram em direção ao Hospital Getúlio Vargas. Lemos conta que no caminho para o hospital, França desejava matar o sujeito, mas o alcaguete “Carioca” não concordou. No intuito de justificar o porquê de matar “Jóca” antes de chegar

⁶⁵O artigo 129 do Código Penal prescreve que é crime ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem.

⁶⁶LEMOS. *Op. cit.*, p.32

⁶⁷ Segundo Lemos os cargos de sub-delegados eram ligados diretamente a política, sendo escolhido para o cargo homens que não possuíam nenhuma experiência; inúmeras vezes esses sujeitos não apareciam nem na delegacia para cumprir suas tarefas.

⁶⁸ Um bairro conhecido na cidade de Duque de Caxias.

⁶⁹ Jonathan exercia o cargo de praça, e passou a ser sub-delegado através de influências políticas.

ao hospital, França utilizou um dos conselhos de Santos Lemos, afirmou que o mesmo o pediu que tomasse cuidado ao chegar ao hospital, pois haveria uma sala da imprensa no local. Se por acaso, ele morresse no Getúlio Vargas, chamaria atenção dos jornalistas, que buscavam a todo instante noticiar esses crimes, principalmente, os oriundos da Baixada Fluminense. “Carioca” não aceitou a opinião de França e ambos entraram em um confronto.

“Carioca atracou-se com o colega, salvando a vida do maconheiro, mas só por hora, pois na sala de operações do H.G.V expirou. Antes, todavia deu o serviço: acusou a polícia, na presença da rapaziada da sala de imprensa. Os telefones funcionaram e no dia seguinte o escândalo era grande nos jornais. Até hoje, Armando não fala com “Carioca” e Jonathan não é mais sub-delegado”.⁷⁰

2.2. O aumento do pão e o veto das meias passagens: O vereador que legisla para si mesmo.

As notícias sobre Armando Belo França, estampadas nos jornais cariocas, confirmam seu papel de “alcaguete” e os interesses que obtinha enquanto estava no cargo de Vereador. Em 15 de julho de 1959 no jornal *A Luta Democrática* é publicada uma nota sobre a denúncia de agressão entre o Vereador Nilton Nista e Armando Belo França.

Segundo a notícia, a discussão ocorreu, pois Nista não concordava com o aumento do pão e nem com o veto das meias passagens. Armando que era a favor dessas leis, não queria seus interesses contrariados, por isso como resposta a opinião contrária de Nista, agrediu-o fisicamente e moralmente. O insulto que o vereador Nilton recebeu foi considerado pelo jornal como injusto, pois a contradição de interesses não era motivo para a agressão. Armando é taxado pelo jornal com um homem de interesses controversos aos do povo. Apesar da sua atividade que o ligava ao submundo da contravenção e do crime, o jornal ao mesmo tempo que o criticava, defendia-o e afirmavam que tal atividade não interferia na sua função de vereador. Porém, sabemos que ser vereador, estava totalmente conectado com suas outras funções, que perpassavam o cotidiano da cidade e da política.

⁷⁰LEMOS. *Op. cit.*, p.51

Em 1961, foi publicada em uma coluna da *Luta Democrática* novamente a notícia de uma intriga política entre Armando Belo França e Adolpho David⁷¹. Porém, dessa vez, era com o prefeito da cidade de Duque de Caxias e o motivo da intriga era o mesmo de dois anos atrás, o aumento das passagens de ônibus. A notícia intitulada “Davi enfrenta Golias Imaginário”, relatava que o prefeito apareceu na delegacia com uma arma para denunciar um suposto atentado sobre sua figura. Segundo o relato do prefeito, os criminosos dispararam contra ele, diante da situação acusou indiretamente, o vereador Armando Belo França como mandante do crime.

O delegado Amil Ney Richaid não acreditou nas acusações do prefeito, pois esse trajava um terno branco e não parecia ter se jogado ao chão. Ao analisar essa notícia, é possível observar a difícil posição que estava o delegado naquele momento. Primeiro, porque era amigo e parceiro de Belo França, que trabalhava para ele. Segundo, porque o outro sujeito era uma autoridade local, o prefeito. É evidente o conflito que as autoridades locais viviam cotidianamente na cidade de Duque de Caxias. Nesse sentido, os jogos de interesses estabelecidos por esses sujeitos prejudicavam em primeira instância a classe trabalhadora, pois as mesmas sofriam com o aumento da passagem e do pão, e com a constante violência a partir dos conflitos entre a polícia, vereadores, prefeito, contraventores, e outras autoridades locais que desejavam obter o poder no Município.

⁷¹ Foi prefeito de Duque de Caxias, seu primeiro mandato foi de: 31/01/1951 a 06/09/1952 (Presidente da Câmara) e o segundo de: 31/01/1959 a 31/01/1963 (Eleito pelo voto direto).

Davi enfrenta Golias imaginário

NOVELA QUE PROVOCVA VÁRIAS HIPÓTESES, INCLUSIVE PUBLICIDADE ELISITOREIRA

O prefeito de Caxias, Adolfo David (brasileiro, casado, funcionário municipal, residente e domiciliado à Rua Presidente

Vargas, 306, ap. 301, Caxias) dizendo-se vítima de um atentado à sua vida, ante-ontem à noite, por volta das 22 horas, no cruzamento das ruas Conde de Porto Alegre com Barão do Triunfo, compareceu, à 130 h de ontem, na Delegacia de Caxias, para registrar a queixa, de revolver na mão.

Declarou, nessa ocasião, que dois indivíduos dispararam contra o seu carro, obrigando-o a deitar-se no chão e responder à fuzilaria.

Velho e experimentado policial, o delegado Amil Nel Reichard reparou que o prefeito trajava terno branco e que o mesmo não apresentava sinal de que David houvesse feito qualquer esforço, quanto mais se jogado ao chão.

IMPUTAÇÃO FALSA

Indiretamente, o prefeito procura acusar o vereador Armando Belo França, com quem está de relações cordadas, em vista d'isto ter-lhe exigido de volta um milhão de cruzeiros, entregue com a condição de ser permitido o aumento das passagens dos ônibus.

O delegado Amil, depois de ir ao local onde teria ocorrido o tiroteio e ouvir de todos os moradores que não perceberam nada de anormal no local, não deu muito crédito ao fato. Todavia, para satisfazer o prefeito, determinou que o investigador Ribeiro continuasse diligenciando, a respeito dessa história quixotesca, em que David enfrenta Golias imaginários.

Equipamentos para os

18 mortos nos . . .

(Conclusão da 8.ª pág.)
dir a passagem de reforços que, não obstante, conseguiram ocupar esta aldeia. Por outro lado, a aviação militar, assim como paraquedistas, vão tomando posição nas regiões onde se produziram os incidentes. Tanto em Luanda como em outros pontos do país, a Polícia e o Exército estão em estado de alerta.

A estas informações sobre a situação em Angola somam-se as fornecidas pela agência "Lusitânia", que assinala a ação dos grupos de atacantes, simultaneamente, em vários pontos, distantes de 200 a 500 metros da fronteira. Segundo esta agência, as regiões de Nova Cambéba, Mambungongo e Quipache — as quais alude, também, o correspondente do "Diário Popular" — foram cenário de inusitada violência. Várias aldeias foram incendiadas e algumas tribos negras "selvagemmente atacadas".

De todo lado, os negros leais se uniram aos brancos numa frente comum contra os assaltantes. Aviões com médicos e enfermeiras saíram de Luanda para as regiões atacadas.

Quanto à presença dos assaltantes, a agência portuguesa esclarece que estes se infiltraram pela fronteira norte de Angola.

Davi enfrenta Golias imaginário, 18 de março, 1961, p.2



O prefeito, numa foto de arquivo, com um redator do JORNAL A LUTA DEMOCRÁTICA

O prefeito Adolpho David e um redator do Jornal A luta Democrática



Prefeito Adolpho David⁷²

Belo França se tornou um sujeito importante nos relatos de Santos Lemos, foi possível compreender a partir dele, o conceito de “alcaguete”, além de como as relações entre esses homens e o corpo policial se constituíam no prédio do 311. França fazia parte do cotidiano dos serviços exercidos pela delegacia. Se no começo, era apenas um “alcaguete”, ao longo do tempo, ganhou cargos de confiança, como recompensa dos serviços feitos por ele.

⁷² Retirado do site da câmara Municipal de Duque de Caxias –link: <http://www.cmdc.rj.gov.br>

Capítulo 3 - Os lupanares da cidade e a circulação das meretrizes nas ruas de Caxias.

3.1 - Churrascaria vitória do Martins

Ao analisar o papel das prostitutas e sua relação com a autoridade policial na década de 1950, na cidade de Duque de Caxias, vale retomar ao final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, para entender a construção da figura das meretrizes enquanto sujeitos ativos na sociedade e a relação que as mesmas estabelecem com a polícia. O período da Primeira República possibilita compreender a construção do espaço geográfico ocupado pelas meretrizes e a visão negativa construída sobre sua figura. Assim como no final do XIX, na década de 1950, era cotidiano o contato da autoridade policial e as prostitutas, consideradas imorais para os padrões estabelecidos pela sociedade desse período. Seguindo um viés cientificista, com objetivo de higienizar a cidade, as autoridades tinham como solução a expulsão das meretrizes do espaço urbano.

Ao analisar a figura da meretriz, a categoria de gênero é fundamental, pois na sociedade brasileira, tal categoria faz parte da configuração social e das relações de poder estabelecidas no território até os dias atuais. Cotidianamente, as mulheres lutam por igualdade de gênero, seja no trabalho ou no lar, deseja-se assim, obter os mesmos direitos que os homens. Na luta por igualdade, almeja-se ser reconhecida e respeitada enquanto sujeito ativo e pensante na sociedade.

A partir da visão da historiadora Cristiana Schettini que dedicou sua pesquisa em história social baseada na perspectiva de gênero, a autora buscou analisar a história social da prostituição na cidade do Rio de Janeiro, nas primeiras décadas da República. Foi nesse mesmo período que a polícia passou por um processo de construção identitária da instituição policial, enquanto autoridade e singularidade. Schettini abre novos horizontes para entender o funcionamento dessas conexões com o corpo policial. Nesse sentido, falar da prostituição e os motivos que levaram a construir um diálogo com a polícia na cidade de Duque de

Caxias, é essencial para compreender a crítica de Santos Lemos sobre os conflitos internos e disputas políticas entre o próprio corpo policial.

O título do livro de Schettini, *Que tenhas teu corpo*⁷³, dá margem para refletir sobre os enfrentamentos e dificuldades que as meretrizes passavam na cidade do Rio de Janeiro e a saída utilizada por elas, legalmente, para escapar desse aparelho burocrático que visava excluí-las dessa sociedade. Nesse sentido, o título do livro é a tradução do termo em latim *habeas corpus*, que significa ter domínio sobre o próprio corpo. Empregado como recurso legal para a defesa dessas mulheres diante das autoridades daquele período. Segundo a autora, esse foi utilizado em 1896 por um famoso advogado chamado Evaristo Moraes, afim de defender os direitos de algumas donas de quarto de hotel e um grupo de prostitutas⁷⁴. Esse recurso servia como ferramenta para expressar a luta por espaço das meretrizes na sociedade que tinham seus direitos controlados pelo Estado. A partir dos mecanismos de defesa legais, essas meretrizes conseguiram demonstrar que eram sujeitos ativos na sociedade e que tinham sua própria identidade.

Assim como na Primeira República, durante a década de 1950, novamente, buscou-se a expulsão das meretrizes das ruas da cidade do Rio de Janeiro. Essa expulsão refletiu diretamente na cidade limítrofe com o município do Rio de Janeiro. Em Duque de Caxias, havia muitos lupanares e prostitutas que circulavam dia e a noite, nas ruas movimentadas do Centro do município. Através da narrativa memorialista de Santos Lemos, o mesmo destacou que essas vinham do centro do Rio de Janeiro, diversas vezes eram presas na delegacia, isso desencadeou o convívio entre a polícia e as meretrizes.

Lemos destaca que o número de meretrizes que morava ou circulava pela cidade “eram centenas, talvez milhares. Brancas, louras, mulatas e pretas”,⁷⁵ chegavam da cidade do Rio de Janeiro através da facilidade de locomoção proporcionada pelas linhas férreas que interligavam o Rio de Janeiro a Duque de Caxias.

⁷³SCHETTINI, Cristiana. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. 2006.

⁷⁴ Marcos Bretas em seu livro, *Ordem na cidade* (1997), também discorre sobre a utilização do recurso do Habeas Corpus, mencionando que o primeiro a utiliza-lo foi o famoso advogado Evaristo Morais.

⁷⁵ LEMOS, *Op. cit.* p.71

Em 9 de julho de 1953, o vereador Waldir de Souza Medeiros elaborou um documento que propôs ao delegado de polícia de Duque de Caxias que tomasse as devidas providências em relação às prostitutas que circulavam diariamente pela cidade. Tal requerimento feito a Câmara Municipal pedia que

“[...]por intermédio da Mesa que seja oficiado ao Sr. Delegado de Polícia para que sejam tomadas energéticas e urgentes providências no sentido de serem, de uma vez para sempre, afastadas do centro da cidade a vagabundagem e a prostituição que estão enxovalhando o decoro e o bom-nome da cidade. Dois os trechos onde a ignomínia impera: do sinal localizado na Estrada Rio- Petrópolis até o Hotel Municipal e da cancela antiga, na Av. Plínio Casado, até Itatiaia. Se tais providências não forem tomadas, sentiremos o desmoroamento do pudor social”⁷⁶

As autoridades incomodadas com a circulação das prostitutas em Duque de Caxias, vistas como reflexo da imoralidade, desejavam expulsá-las do espaço urbano e reorganizarem a configuração espacial. Para a elite local, a prostituição causava a dissolução dos padrões morais. As meretrizes estavam à margem da sociedade, pois não eram respeitadas na função que exerciam. Essas lutavam diariamente para terem seus direitos assegurados enquanto sujeitos ativos socialmente. As autoridades desejavam restringir o direito de circulação das prostitutas na cidade de Duque de Caxias, pois segundo eles, as mesmas geravam incômodo para “a boa sociedade”.

Segundo Lemos, as meretrizes geravam incômodo, pois

permanecendo nas esquinas, afrontando as famílias, chamando os homens, mesmo quando estes se achavam acompanhados pelas esposas. Soltavam gargalhadas de deboche, quando as matronas se sentiam revoltadas com tal audácia”⁷⁷

Nesse sentido, sindicatos reuniram-se e discutiram projetos que visavam coibir a circulação das prostitutas na cidade. Segundo Lemos, elas estavam em todos os lugares, “fumavam maconha debaixo da marquise da casa Jaraguá, frequentavam o cinema Líder, não saíam do Hotel Estoril, arrastavam jovens imberbes para o Hotel Municipal”.⁷⁸ Permaneciam

⁷⁶ *Ibidem*, p.72

⁷⁷ *Ibidem*. p.71

⁷⁸ *Idem*.

[...] desde a praça do Pacificador até o hotel Rio Petrópolis, situado na artéria do mesmo nome, travessia obrigatória para as famílias que demandavam do centro para o Centenário, Corte Sete, Corte Oito,⁷⁹ até mesmo para a “Fortaleza” de Tenório Cavalcanti. “O Homem da Capa Preta” gritava pelo seu jornal, suspendia repórter da “Luta” que acreditava ter amante no “trotóir”.⁸⁰

Diante da insatisfação de uma parcela da sociedade, em especial, os que obtinham a autoridade local, a repercussão que as meretrizes causaram fez com que a Câmara Municipal de Vereadores elaborasse um anteprojeto que visou excluir as prostitutas do meio social, ou seja, proibia o direito de circulação e permanência das mesmas nas ruas da cidade. O documento, também, exigia que houvesse fiscalização das Casas de Tolerância,⁸¹ para coibir seu funcionamento. Por fim, um dos pontos do anteprojeto que chama atenção é a exigência de revistar casais que circulavam durante à noite pelas ruas de Caxias. Ao considerá-los suspeitos, a polícia deveria interditá-los e interrogá-los, para evitar a prática do lenocínio.⁸²

O anteprojeto nº 19-54 foi sancionado em 5 de julho de 1954. Tal projeto possibilita compreender as disputas econômicas e políticas estabelecidos na cidade, assim como o descaso da polícia com a segurança pública, pois diariamente ocorriam assaltos e assassinatos na cidade, noticiados tantas vezes nos jornais por Santos Lemos.

Tal projeto prescrevia que:

“Considerando que é atribuição da Câmara deliberar sobre matéria de higiene e de saúde pública; Considerando que é ainda atribuição da Câmara estabelecer a forma de repressão a qualquer irregularidade pública; Considerando que os hotéis vêm fugindo as finalidades para as quais foram licenciados, transformando-se em casas de tolerância; Considerando que não conta a Municipalidade com a colaboração da Polícia, para coibir os abusos que vem afrontando o decôro público; Considerando que a população não mais pode esperar pelas medidas repressivas prometidas e não cumpridas. Considerando que a própria deliberação nº 49 de 19-11-48(Código do Município) prevê no

⁷⁹ Centenário, Corte Sete e Corte Oito são bairros que margeiam o centro de Duque de Caxias

⁸⁰ Lemos, *Op. cit.*, p.71

⁸¹ Sobre o termo Casa de Tolerância, consultar o livro de SCHETTINI, *Que Tenhas Teu Corpo*: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2006

⁸² Seguindo a definição do dicionário de língua portuguesa, Lenocínio é “ação de explorar, estimular ou favorecer o comércio carnal ilícito, ou induzir ou constranger alguém à sua prática”.

seu art. 30 não renovação de licença de estabelecimentos que perturbem o sossego público;

A câmara Municipal de Duque de Caxias decreta e eu sanciono a seguinte Deliberação Art. 1º - Fica o Excelentíssimo Sr. Chefe do Executivo Municipal, autorizado a não renovar as licenças dos hotéis que exploram o lenocínio – Art. 2º. A presente Deliberação entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrários. Sala das sessões em 5 de julho de 1954 (a) Fernando Pessoa de Melo, Milton Dias Pio, Wilson Bastos Ruy, Manuel Peres Montilho, Joaquim Tenório Cavalcanti, José Peixoto Filho e Edson Carpes”.⁸³

A partir de um viés higienista que visava a saúde pública, após sancionado o anteprojeto a polícia deveria constantemente verificar os lupanares e as ruas da cidade, a fim de manter a ordem. Em um dos serviços realizados pela polícia, na figura do comissário, estava Stell, acompanhando do “alcaguete”, Armando Belo França.⁸⁴ Esses receberam a função de verificar um suposto roubo na Churrascaria Vitória do Martins, situada antes do bairro Corte Oito.⁸⁵

Ao invés de seguirem diretamente para a Churrascaria, desviaram o caminho. Primeiro, pararam no famoso “Paralelo 38”,⁸⁶ no intuito de se alcoolizarem. Depois foram cumprir a ordem estabelecida pelo delegado, verificar a veracidade dos fatos no bordel que fazia parte da Churrascaria do Martins. Ao chegar ao local, foi constatado o roubo do anel de um dos fregueses, que ao ficar bêbado dormiu sobre a mesa do estabelecimento. No momento do incidente, estava acompanhado de seis prostitutas, logo, desconfiou que uma delas poderia ter furtado a joia. O dono da churrascaria preocupado com a integridade do local, denunciou o roubo. Na busca por uma solução, “Martins, preocupado com o “bom nome” do bordel, trancara as seis prostitutas em um quarto nu, sem móvel, e chamara a polícia”⁸⁷.

O “alcaguete” e o comissário já não estavam em sã consciência e mesmo assim, continuaram embriagando-se na Churrascaria, o que evidencia o descaso

⁸³ Lemos, *Op. cit.*, p.75

⁸⁴ Para mais informações sobre a figura do “Alcaguete” Armando Belo França, consultar o segundo capítulo dessa dissertação.

⁸⁵ O bairro fica localizado próximo ao atual centro de Duque de Caxias.

⁸⁶ De propriedade de José Batista da Cruz (dono também do cinema líder). Seu Bar era conhecido como “Paralelo 38”, pois enquanto o outros bares fechavam as portas com medo dos perigos da cidade, esse permanecia aberto durante toda a noite. Seu nome original era “Café e Bilhares Líder”, ficava localizado na Av. Plínio Casado, quase ao lado da delegacia e próximo à esquina com a Rua Pinto Soares, considerado uma das zona ultra perigosa na cidade.

⁸⁷ Lemos, *Op. cit.*, p.32

com a investigação. Com um copo de uísque em mãos, resolveram investigar as seis mulheres. O comissário e o alcaguete adentraram o quarto, a ordem foi dada, todas deveriam se despir por completo.

“Stell determinou que todas se despissem inteiramente, já que a joia roubada podia estar nas pregas das roupas. Nada. Examinaram detalhadamente os cantos do quarto, debaixo de um ou dois engradados de cerveja, dentro das garrafas, nos cabelos e carapinhas das infelizes”.⁸⁸

Ao descrever sua história, Lemos destaca que por mais que procurassem a joia, não a encontraram, segundo ele “ [...] o anel tinha sumido como se a terra o tragasse”.⁸⁹ Sua fala se caracteriza sendo de cunho sarcástico, pois como não foi possível encontrar o anel, o comissário Stell mandou o “alcaguete” Armando verificar se as prostitutas haviam tragado a joia, ou seja, se o anel estava inserido em suas partes íntimas. No papel de autoridade, esses homens faziam o que desejavam, sem se importarem com o direito dessas mulheres, desrespeitaram as seis, primeiro por serem do sexo feminino e segundo por estarem no papel de prostituta.

Lemos, ao descrever as histórias que ouviu no ambiente policial, narra a situação de forma irônica com objetivo de criticar o descaso da polícia diante do que ocorria na cidade de Duque de Caxias. Utilizou esses relatos para denunciar a corrupção da polícia na cidade. Segundo o jornalista:

“o velho policial teve a idéia [sic] genial, inspirada em vapores alcoólicos: talvez a ladra teria ocultado a pequenina jóia, dentro da própria vagina. E, autoritário, com fulcro na sua posição de comissário, determinou que o auxiliar examinasse uma por uma as seis decaídas, que já tinham copulado por mais de uma vez naquela noite. Mas examinasse MESMO, em suas partes pudendas”.⁹⁰

Através da figura do “alcaguete” Armando, Lemos relatou que o mesmo não estava feliz com a situação e o único sentimento que desabrochava dele, era nojo de realizar o que lhe foi pedido. Após essa absurda situação, que feria a integridade física, moral e o direito das mesmas, a procura do anel foi em vão.

⁸⁸*Ibidem*.p.32

⁸⁹ *Idem*

⁹⁰*Ibidem*.p.31

“Mesmo assim nada, e até agora, ninguém sabe onde a joia foi ocultada. O comissário Steel, derrotado e não gostando da cara feia do seu subalterno [...] determinou que fossem dados três bolos em cada mão das duplamente infelizes, por via das dúvidas. Na falta de palmatória, Armando munuiu-se de uma tábua e com elas exemplou as decaídas, com gana, querendo *vingar-se do serviço asqueroso que fizera*”.⁹¹

Os relatos narrados por Lemos nem sempre foram vividos por ele, mas faziam parte das histórias que escutou no cotidiano da delegacia. Cabe aqui deixar claro, que por mais que os fatos sejam verídicos, Lemos se utiliza de ferramentas como a hipérbole. Tal recurso linguístico servia para chamar atenção para suas histórias. Esses relatos tinham o objetivo de denunciar o acionar da delegacia de Duque de Caxias.

Famosa na localidade, A churrascaria Vitória do Martins foi alvo de inúmeras notícias, como por exemplo, as denúncias que conectavam as prostitutas a roubos de clientes. Lemos em *Sangue no 311*, relatou duas notícias relacionadas a esse tema, a primeira descrita e analisada acima, sobre o sumiço de um anel e a segunda retirada do jornal *A luta democrática*, no dia 21 de novembro de 1954, na qual Lemos a descreveu.

Intitulada *Assaltado o sargento pela filha do Tenente*, relatava que

“[...] compareceu à Delegacia de Duque de Caxias o sargento do exército Gentil José de Góis [...] queixando-se ao investigador de que acabara de ser furtado no Hotel Caxias ou na Churrascaria Vitória, ambas situadas na Estrada Rio- Petrópolis.

Esclarecendo, o militar declarou que saíra de casa com mais de dois mil cruzeiros no bolso. Em Caxias procurou o prostíbulo da Vanda, situada na Avenida Nilo- Pessanha, 410, onde foi apresentado a duas decaídas, Agnéia Coutinho de Oliveira, mais conhecida por “Neia” (brasileira, branca, com 21 anos de idade), casada, residente à rua Professor, 53, casa A) e uma tal de Rosinha. Fizeram-se amigos e juntos passaram a beber. Alguém sugeriu continuar a farra na Churrascaria Vitória, de propriedade de Martin de tal, o que foi aceito, com aplausos. Lá beberam mais ainda, e depois todos os três dirigiram-se ao hotel Caxias, a fim

⁹¹*Ibidem*.p.33

de ali passarem a noite. O porteiro, entretanto, recusou-se a ceder-lhes o quarto. Para três, não. Só para dois...

O problema foi resolvido com uma propina e abraçadinhos, dirigiram-se ao quarto. Ali então foi que o sargento sentiu falta do seu relógio e de uma pequenina joia que trazia na gravata. Fez um barulho tremendo. Agnéia, uma das prostitutas, logo também gritou, dizendo que faltava seu relógio. Ambos tinham sido roubados”.⁹²

A história do roubo não terminou naquele instante, crendo que ambos haviam sido roubados na churrascaria Vitória do Martins, seguiram em direção ao estabelecimento, porém, o sargento era vítima de um esquema tramado por “Rosinha e “Neia”. Agnéia não havia perdido seu relógio e os pertences do sargento foram furtados por elas na Churrascaria. No caminho de volta para a Churrascaria, a fim de verificar os fatos, “quando passava por um canto, escuro, um crioulo deu-lhe uma gravata, enquanto as duas mulheres o despojavam de todos os haveres, até seus sapatos tiraram, em busca de dinheiro escondido”.⁹³

Vítima de um famoso golpe, o “suadouro”, após o sargento dar queixa na delegacia, “tão logo tomou conhecimento do fato, o cabo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro”. Mediante as conexões estabelecidas entre o sargento e as autoridades do Rio de Janeiro, “Néia” foi presa, nas imediações do centro de Caxias, exatamente na esquina da Av. Nilo Pessanha com a Estrada- Rio Petrópolis pelo cabo López da Luz, vulgo “Gaúcho”. Nesse sentido, Santos Lemos destaca que a polícia de Duque de Caxias era ineficiente e corrupta, e que só com a intervenção de uma autoridade do Rio de Janeiro os crimes eram resolvidos.

O desfecho dessa história se deu quando “na manhã seguinte, um velho alquebrado pelos anos, compareceu à delegacia, identificando-se como sendo o 1º tenente do Exército Arthur Coutinho de Oliveira, domiciliado em São João de Meriti”.⁹⁴ A intrigante presença dessa autoridade estava diretamente relacionada à prisão de Agnéia, pois a mesma era filha do tenente que foi pedir sua libertação das grades do 311.

⁹²A *Luta Democrática*, 21, de novembro, 1954 p.1-2

⁹³*Idem.* 21, de novembro, 1954 p.2

⁹⁴A *Luta Democrática*, 21, de novembro, 1954 p.2

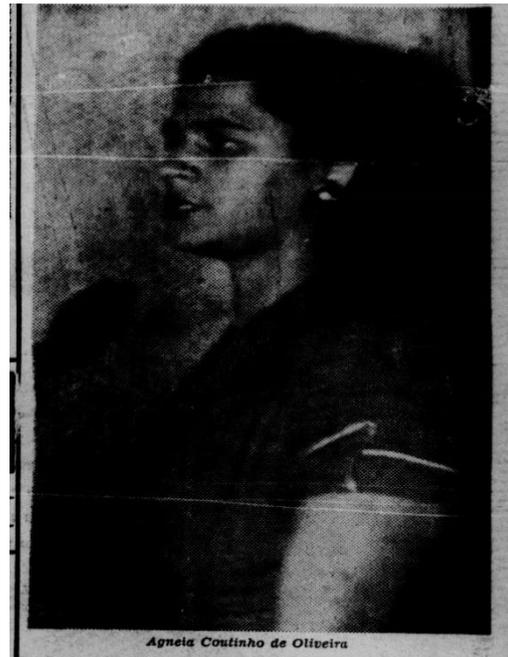
Agnéia assaltou um sargento e era filha de tenente, o que possibilita refletir sobre como a tessitura da cidade se constituiu, demonstra-se que nem sempre as prostitutas eram diretamente ligadas a classe baixa. É evidente que “Néia” era exceção de muitas que trabalhavam no ramo, pois segundo Lemos, a maioria dessas mulheres era oriunda do Norte ou do Nordeste do país e por falta de oportunidade se estabeleciam na prostituição.

O desfecho da história se deu a partir da recusa da soltura de Agnéia, pois a repercussão foi maior que o esperado, tendo o caso sido resolvido por um cabo da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o que impedia da polícia de Caxias executar a soltura de Agnéia.

Seu pai intercedeu por sua filha, porém o militar não foi atendido, o mesmo “Disse que já dera muitos conselhos àquela transviada. Sabia de sua vida libertina, mais nunca poderia calcular que ela um dia fosse furtar. Pedia o comissário que o perdoasse por aquela vez, pois outra ela não cairia”.⁹⁵

A forma como o jornal relatou o roubo cometido por Agnéia e a visão da mesma no papel de meretriz, destoa das notícias que cotidianamente, eram publicadas nos jornais relacionadas à imagem das prostitutas. O caso de Agnéia por ser filha de um Tenente, é vista por seu pai e pelos jornais apenas como uma mulher que se desviou de seu caminho, escolhendo uma “vida libertina”, como se a mesma ainda tivesse solução para seus erros, já que era proveniente de “boa família”. Ter roubado um relógio não passava de uma “aventura”, no qual seu pai, o tenente, corrigiria quando chegassem em casa.

⁹⁵*Ibidem*.p.2



Agnêia Coutinho de Oliveira, “Nêia”.

Lemos era parte do cotidiano da cidade, que perpassava pela delegacia. Ele ouvia e convivia diariamente, com as prostitutas, seja na delegacia como nos lupanares e nas ruas de Caxias. Essas mulheres buscavam, diariamente, seus direitos na sociedade e, ainda, tinham que lidar com as autoridades. Lemos dedicou dois capítulos do seu livro, *As prostitutas e Os lupanares*, além de criticar as histórias da relação da polícia com as prostitutas no decorrer de todo o livro. Nesse sentido, o livro de Lemos confirma o frequente diálogo entre as meretrizes, autoridade policial e a própria cidade de Duque de Caxias, no qual destacou as disputas de poder na cidade. Com a publicação de *Sangue no 311* denunciou através das histórias das meretrizes e dos lupanares as arbitrariedades da polícia e os conflitos internos e políticos que existia dentro da delegacia, que favorecia uns mais que os outros.

3.2 - O Hotel Municipal: “Minha Hotel, freguês é familiar. Só aceita família”



Hotel Municipal⁹⁶

Ao analisar os lupanares da cidade de Duque de Caxias, segundo os relatos de Lemos e as notícias dos jornais locais há alguns desses estabelecimentos que se destacam por dois motivos. O primeiro é pelas figuras que frequentavam o local, são eles: policiais, “alcaguetes” e políticos. O segundo motivo se dá pelos recorrentes delitos cometidos nesses estabelecimentos. Dentre eles se destacam: a churrascaria Vitória do Martins, Pensão de Dona Olinda, Boite El Cubano e o Hotel Municipal, os dois últimos pertenciam ao Libanês Nandim Cassar.

Tais estabelecimentos faziam parte da disputa de poder da cidade. Noticiados quase que diariamente, nas colunas dos jornais local, inúmeras são as histórias sobre crimes, disputas de poder e críticas a esses estabelecimentos, no qual a presença das autoridades policiais era constante. Segundo Lemos, “o manto da prostituição estendia suas rendas, na proporção direta do número dos quartos dos hotéis, que não faziam fichas, nada perguntavam, só recebiam”.⁹⁷ Lemos ao relatar o Hotel Municipal, deixa evidente a crítica em seu livro sobre o contato que a polícia

⁹⁶ Retirado do site <http://andredeoliveira.com.br>, 05 de novembro, 2017.

⁹⁷ LEMOS, *Op. cit.* p.71

tinha com o dono do Hotel que era contraventor. Segundo Lemos o dono do Hotel Nandim obtinha proteção de alguns policiais da delegacia.

O jornalista, no intuito de justificar os perigos que assolavam Duque de Caxias em relação aos roubos, mortes e crimes cometidos, acusou as prostitutas como a base do problema. Segundo ele, “com elas, vinham os malandros, maconheiros, rufiões, contraventores. E Caxias tornava-se “Caxias City”, com marafonas transitando paralelamente com moças e senhoras”.⁹⁸ Há dois motivos para afirmar que as mesmas eram a base do problema, o primeiro estaria diretamente ligado no desejo de construir em seus relatos uma imagem de Duque de Caxias com um “*Far West*”, no qual, na ausência de autoridade, as ruas eram tomadas por malandros, rufiões e prostitutas. O segundo motivo, por sua vez, era o de justificar a falta de segurança na cidade. Essa foi a forma simplificada de solucionar o problema, pois evitava o confronto direto com as autoridades envolvidas nessa disputa pelo poder territorial. Como, por exemplo, os poderosos contraventores, donos de Hotéis, políticos e outros sujeitos envolvidos nessa trama. As meretrizes faziam parte da tessitura da cidade, não eram a base do problema, pois por detrás das mesmas, havia sujeitos que detinham o poder local e que controlavam o comércio da prostituição. Acusá-las como a base do problema é esquecer de todos os personagens e das tramas que envolvem a cidade.

No prefácio do livro de Schettini, escrito por Maria Clementina Pereira Cunha,⁹⁹ fica evidente o papel que essas mulheres exerciam na sociedade e as redes de relações estabelecidas entre elas para se firmarem socialmente. Segundo Pereira Cunha,

“Prostitutas aqui – e poderíamos facilmente aplicar a ideia a outros grupos sociais – não são vítimas, nem objetos passivos de um discurso de poder, nem simples engrenagens de um dispositivo, nem chaves para compreender universos normativos em torno da sexualidade feminina – e muito menos se confundem com eficazes instrutoras da civilização na figura fantasiosas de francesas sofisticadas... Elas só podem nos ensinar algo de novo sobre seu tempo se vistas no interior de uma relação negociada e compartilhada com homens e mulheres de diferentes condições, perspectivas, raças e preferências, confrontadas com

⁹⁸*Ibidem*.p.71

⁹⁹ Possui graduação em História Social pela Universidade de Brasília (1971), mestrado em História Social pela Universidade de São Paulo (1976) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1986).

possibilidades de escolha e suas condições de bancar seu próprio jogo”.¹⁰⁰

Na coluna intitulada *Flashes de Caxias*, do jornal *A luta democrática*,¹⁰¹ no dia dezoito de maio de 1954, foi publicado uma crônica assinada pelo pseudônimo F.M.C, cujo o tema era o Hotel Municipal. O cronista descrevia como funcionava o estabelecimento e as pessoas que ali, frequentavam. Segundo a crônica, o dono do Hotel era de origem Libanesa, cujo nome era Nandim Cassar, que ao chegar ao Brasil trabalhava vendendo “bugigangas” de porta em porta, o que o possibilitou conhecer todos os estabelecimentos na cidade de Duque de Caxias. Segundo a crônica, cansado da sua profissão, gritou:

“Por Mahomet, vida de patriça vai muda”. E, no outro dia, era Nadim Cassar um jogador. De Blusão, com uma faca turca no quarto, Nandim frequentava todas as espeluncas da fronteira carioca. E, quando deixava a mesa, o baralho não tinha cinquenta e duas cartas, mas, no mínimo 120.

Mas, como era grande sua ambição, Nandim Cassar passou a acumular duas profissões ilegais: jogador e explorador de mulheres”.¹⁰²

O cronista conta que o Libanês expandiu seu negócio, pois ganhou dinheiro com jogos e era esperto para exercer o comércio, assim como construiu uma rede de sociabilidade na cidade. Deixando de bater em porta em porta, abriu um pequeno armarinho.

“Seus haveres se alargaram. Lembrou-se do pequeno baú, e montou um armarinho de bijouterias [sic] e miudezas. Vendia fita com um metro de 66 centímetros. Sua dúzia só continha onze unidades. Um botão ia sempre dividido em dois, partido ao meio. Não gostava de vender esmalte, senão em caixa fechada, levando cada frasco líquido até o meio.

E, diante de uma reclamação, quantos gestos teatrais!

- Pelo profeta, minha sanhura, o que é bom vem em pouquinho. Eu não furto freguês, não pinto unha. Mas quando acaba usa, pode traz frasco qui [sic.] mim dá de graça outra metade.

Descobriu, porém, recapitulando sua vida, que comércio aparentemente lícito só servia para dar acomodações a profissão capaz de cobrir-lhe as unhas metidas em profissões ilegais”.¹⁰³

¹⁰⁰SCHETTINI, Cristiana in: PEREIRA CUNHA. *Que Tenhas Teu Corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas..* 2006. p. 15

¹⁰¹ Para mais informações sobre o jornal *A luta democrática* e o seu funcionamento, consultar o texto de SILVA, Claudio Araujo de Souza e. *A invenção da democracia na fronteira da capital da república.* ANPUH, 2015.

¹⁰²*A Luta Democrática, Flashes de Caxias*, 18 de maio, 1954, p.3

¹⁰³*Ibidem*.p.3.

Com as conexões estabelecidas em diversos ramos da sociedade, Nandim passou de vendedor para dono do Hotel Municipal,¹⁰⁴ localizado na Avenida Rio-Petrópolis, número 1.961. O estabelecimento, antes de pertencer a Nandim, fora a primeira sede da prefeitura de Caxias e do judiciário, após a emancipação do Município. Segundo a crônica, não se sabe o motivo exato da escolha de Nandim no ramo da prostituição, porém é evidente que o contato do libanês com o mundo da contravenção contribuiu para sua escolha, assim como o início do seu comércio era ligado diretamente ao público feminino, supostamente, suas redes de interesses já eram voltadas para o ramo da prostituição.

O interessante da crônica é compreender como o Libanês utilizou de mecanismos para se adaptar ao contexto social do período. Apesar dos frequentadores ou não frequentadores, saberem que o Hotel era utilizado por homens que pagavam pelos serviços dessas mulheres, Nandim desejava manter a ordem no local. Nesse sentido, estabeleceu regras de condutas sociais. Nandim para burlar a fiscalização das autoridades e para obter lucros em seu estabelecimento adentrava apenas “casal”. Nesse sentido,

“quando um hóspede chegava solteiro ao seu hotel, impando a grande barriga, dizia ao otário: ‘minha hotel, freguês, é familiar. Só aceita família. E família deve ter, no pouco, duas cabeças: marido e mulher’.

E se o pobre do hóspede era estranho, não podendo encontrar uma noiva para a noite, o Nandim, só mediante pagamento dobrado, deixava-lhe o quarto todo”¹⁰⁵.

Quando surgiu aos arredores do Hotel Municipal, outros estabelecimentos, que visavam o mesmo público de Nandim, esse buscou burlar a concorrência e criou um novo local de entretenimento, a Boate El Cubano, que se tornou famosa na cidade. Por mais que a sociedade desejasse criar mecanismos de controle para esses estabelecimentos, como retirar a licença de funcionamento dos proprietários, o surgimento dessas casas de entretenimento não sessou. A concorrência era grande.

[...] foram aparecendo, O Hotel Petrópolis, o Maracanã, e outros. E, que faz o Nandim? Ligando o hotel por corredores, monta uma gafieira.

Mandou buscar mulheres que sobram nas ruas do Mangue. Arrebanhou outras do Cubano, que rondam o capinzal das

¹⁰⁴ Em 2011, após o assassinato de Lavínia (6 anos), o estabelecimento foi demolido, atualmente pertence as Lojas Americanas.

¹⁰⁵ A Luta Democrática, *Flashes de Caxias*, 18 de maio, 1954, p.3

imediações da Churrascaria. Inventou uma “cabaretière” centenária, que deveria ter feito figura no quatrocentão de Garcez, se não apertasse a barriga mole em cinta dupla. E jogou no picadeiro um “ballet”, dançado por bailarinas de “araque”, pegadas a muque talvez nos trens da Leopoldina, depois da meia noite.

Compreendo o fracasso das titias, porém, contratou um quarteto de pivôsos da Rádio Nacional, que o salvou do ridículo.

Confessamos sinceramente: nada vimos que justificasse o preço de 120,00 para um prato de frango assado, de 70.00 para um “mingnon” com fritas e de Cr\$ 80,00 para um “mignon” a francesa. E que “mingnon”! Diz o policial carioca Pedro Aureliano de Melo que o filé “mingnon” parece que é de carne de cão hidrófobo, pois, depois que o comeu, teve necessidade de correr a farmácia, persistindo até hoje com dores no intestino, apesar do remédio, dosado de acordo com a bula, que houvera engolido.

Tem uma vantagem a gafeira de Nandim Cassar: fica ao lado e se comunica com a casa de tolerância, também do senhor Nandim- Cassar. A distância que as separa é um pequeno corredor coberto. Quando o folião cansado ou com muita “cana” na cabeça, pode ali mesmo repousar. Mas, como o Hotel Municipal é “familiar, não pode o gostosão entrar só no quarto: tem de ir acompanhado de alguém...”

Assim, o sr. Nandim Cassar reuniu o útil ao agradável. E quem duvidar vá e veja”.¹⁰⁶

É evidente as disputas entre os comerciantes locais que dia após dia, desejavam ganhar espaço na cidade de Caxias. Demonstravam que a procura por esses lugares de convivência era grande, apesar das autoridades o verem como lugar da desordem. As autoridades locais desejavam ressignificar o espaço urbano, com a retirada dessas mulheres do meio social. Muitos homens frequentavam os estabelecimentos, principalmente os funcionários da delegacia do 311, no qual Lemos os criticou fortemente. A exploração dessas mulheres através do comércio da prostituição na cidade gerava muito lucro e disputas local, onde se inclui a participação da polícia e “alcaguetes” nesses interesses comerciais.

Na coluna *Flashes de Caxias* é publicada no dia 19 de maio de 1954, a continuação da história sobre o libanês, Nandim. Dessa vez, a ênfase da crônica era sobre a inauguração da sua gafeira, no qual o cronista a utilizou como pano de fundo para criticar posicionamentos políticos. Sua crônica contava sobre as figuras presentes na inauguração, eram eles: homens que trabalhavam para autoridades, interessados em subir de cargo ou se candidatarem.

¹⁰⁶*Ibidem*.p.3

O cronista dessa vez, destaca um fato importante ao apontar que Nandim, além de proprietário do Hotel, era contraventor. Essa informação contribui para compreender sua inserção no comércio da prostituição que demonstra que ambos estavam inteiramente interligados. Nandim, ainda era contra votar em quem não pertencia a cidade de Duque de Caxias, ou seja, sua crítica era designada ao Dr. Getúlio de Moura”,¹⁰⁷ que tinha interesses na cidade.

A “boite” El Cubano era uma das mais frequentadas na redondeza, considerada por Lemos como o lupanar predileto de Caxias. O jornalista conta que as prostitutas que trabalhavam na boate, induziam os fregueses a ingerirem falsas e caras bebidas alcólicas. Depois de embriagados, as moças os guiavam até um quarto do Hotel Municipal, do mesmo dono, “partindo por dentro da repartição onde se guardava chapéus e casacos”.¹⁰⁸ Nesse sentido, aumentava-se o lucro dos dois estabelecimentos, um pelo consumo das bebidas e o outro pelos quartos alugados no Hotel.

A disputa entre lupanares era constante, assim como as brigas que ocorriam dentro deles. Uma delas foi dentro do El Cubano, originada por um caftén chamado José da Fonseca, vulgo “Ferreirinha”, dono da “boite” *Ranchos das Acácias*, localizada em outro município. No intuito de contratar novas mulheres para trabalhar em seu estabelecimento, resolveu ir até o “El Cubano”. As mulheres que trabalhavam para “Ferreirinha” já não atraíam a atenção dos fregueses.

“Diante disso, o explorador de lenocínio dirigiu-se à Caxias, onde na “Boite El Cubano” [...] apreciou as bailarinas”. Logo sentiu desejos de levá-las para seu “rancho” a fim de não perder os frequentadores. Contra isto, entretanto se rebelou o gerente do “El Cubano”, principalmente quando “Ferreirinha” agrediu a “Lady-crooner” Luna Morena, cujo verdadeiro nome era Mercedes Souto, brasileira, branca, solteira, então com 21 anos de idade, residente no Hotel Municipal, situado ao lado da “boite”.¹⁰⁹

Diante das ameaças feitas ao gerente por ‘Ferreirinha’, partiram para delegacia do 311, onde o gerente do El Cubano, apresentou queixa ao comissário

¹⁰⁷ Getúlio Barbosa de Moura nasceu em Itaguaí (RJ) no dia 10 de junho de 1903 e faleceu no dia 10 de julho de 1981. Foi Deputado federal no Estado do Rio de Janeiro e prefeito de Nova Iguaçu. Para mais informações consultar os verbetes do CPDOC, link:<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/getulio-barbosa-de-moura>.

¹⁰⁸ LEMOS, *Op. cit.*, p.85

¹⁰⁹ *Ibidem*, p.86

Stell, “perto, em frente à Delegacia, estava o famigerado soldado de Polícia Militar José Messias dos Anjos, que imediatamente prontificou-se a ir sozinho buscar o “valiente” vivo ou morto”.¹¹⁰ O Comissário recusou a oferta do militar, preferiu ele mesmo ir em busca do acusado, na companhia de um investigador, dois auxiliares, o Jornalista Lemos e seu fotógrafo. “Ao chegar ao local, ‘Ferrerinha’ foi desarmado sem resistência, quando viu a disposição da polícia, de pistolas em punho”.¹¹¹ O motivo utilizado para levar “Ferrerinha” para delegacia foi justificado por estar portando uma arma, na qual a polícia apreendeu. “Antes de pagar a fiança, porém, foi devidamente fotografado”,¹¹² para sair na notícia do jornal *A Luta Democrática*. Tal acontecimento deixou em evidência o apoio dado ao El Cubano por parte das autoridades policiais. Não por se tratar de um roubo, mas por causa da proteção que o estabelecimento adquiriu através das trocas de favores ou propinas entre eles e a polícia local.



O gerente da “boite” “El Cubano”, o churrasqueiro amecado, Ferrerinha, o raptor de mulheres, com a mão no rosto e seu cúmplice. Em baixo, Os rufiões na Delegacia e a bailarina Luna Morena.

O gerente do “El Cubano”, Ferrerinha, o raptor de mulheres, com a mão no rosto e seu cúmplice. Em baixo, Os rufiões da delegacia e a Bailarina Morena.

¹¹⁰ *Idem.*

¹¹¹ *Idem.*

¹¹² *Idem.*

3.3 - As rondas noturnas: onde cabem quatro, cabem dez

Ao estudar sobre a relação das prostitutas com a autoridade policial, vale retomar a segunda metade do século XIX. Apesar do Estado não estar diretamente ligado ao controle da prostituição naquele período, a polícia fazia parte do cotidiano dessas mulheres e exercia o controle das mesmas na rua. Desde a Primeira República, como já citado, a reclamação sobre a circulação das prostitutas nas ruas do centro do Rio de Janeiro era assídua. A elite exigia a ação da polícia diante desse “problema”.

Na década de 1950, na cidade de Duque de Caxias, a partir das notícias estampadas nos jornais, também, fica evidente a insatisfação da elite local em relação às prostitutas. Nesse sentido, a autoridade policial se sentiu pressionada, buscou retirar essas mulheres das vias públicas – o que durava apenas uma única noite. No dia seguinte, as mesmas estavam circulando pela cidade.

Para evitar suas prisões na delegacia do 311, muitas negociavam com as autoridades policiais que eram incumbidas de fazerem as rondas noturnas. Mediante negociação entre esses sujeitos, o acordo estabelecido, partia de uma troca de favores, enquanto a meretriz conquistava o direito de circular livremente pela cidade, sem ser levada para o xadrez, as autoridades recebiam em troca o direito de se tornarem seus clientes fixos. Apesar das ordens estabelecidas, é evidente que a polícia fazia parte dessas disputas de poder. Se adaptando as regras impostas, mascarava sua atuação na hora de “limpar” a cidade, ou seja, Lemos em seu livro busca criticar esse acionar da polícia na hora de manter a ordem, pois os interesses dos mesmos também estavam em jogo nessas disputas.

Essas redes de relações entre prostitutas e policiais fazem parte dos relatos de Lemos. Segundo ele, as mulheres que iam para no xadrez eram

“somente as negras ou velhas, as bonitas, ou com fama de prodigalizar carinhos exóticos, essas, apenas transferiam-se da esquina do pecado para um hotel das luxurias, de braços dado com um “alcaguete”, soldado ou investigador, pois quase todos

eles tinham sua amante no “bas-fond”, ou variavam cada noite com uma meretriz, que assim nunca era presa.”

Mais se a negociação não ocorresse,

“Pouco depois de cada “ronda” a frente do carcomido prédio 311 enchia-se de malandros e rufiões, que iam subornar a polícia em troca da liberdade de sua “mina” pois anoite [sic] estava fria e muitos sem Maria. Mulher, uma noite no xadrez, era prejuízo para o caften, que assim preferia gastar quinhentos cruzeiros, para se compensar com muito mais no Hotel Astória”.¹¹³

Assim como havia as prostitutas que negociavam com as autoridades, existiam as que se recusavam a aceitar essa troca de favores, criticavam a forma como a polícia e “alcaguetes” escolhiam suas “protegidas”. O caso da meretriz conhecida como “Alzirinha” exemplifica bem essa afirmação: “Quando zangada, [...] desafiava Deus e todo mundo, não tinha medo de polícia”,¹¹⁴ a meretriz se recusava a dormir com soldado ou “alcaguete”, dizia que “Nem pagando! Não gosto de “meganha” ou “tira.” Só sabem fazer a desgraça da gente. Protegem os brancos, batem nos pretos. Em cima da mamãe, aqui eles não sobem!”.¹¹⁵

Após uma de suas idas para o xadrez, confrontou a forma como a polícia se relacionava com as prostitutas e criticou as autoridades: “Vocês me prendem porque eu sou preta. Se fosse branca e gostosa, tava era na cama com vocês tudo!”.¹¹⁶ “Alzirinha” expressa bem a relação entre a polícia e as meretrizes da cidade, que ao se favorecerem dos “cuidados” das autoridades, evidencia a distinção entre elas. As escolhas das autoridades policiais iam além da fisionomia, mas partia do tom da pele, no qual é evidente o racismo contra as meretrizes negras, pelo o ambiente que frequentavam e se estavam nas ruas ou nos estabelecimentos.

A partir da criação do Anteprojeto 19-54 e das notícias estampadas nos jornais cariocas, que denunciavam o tráfico de prostituição, assim como os roubos que as meretrizes praticavam em Duque de Caxias, gerou o procedimento das rondas por parte da autoridade policial, comandadas pelo delegado, Amil Ney Richaid.

¹¹³Lemos, *Op. cit.*p.76

¹¹⁴*Ibidem.*p.79

¹¹⁵*Idem.*

¹¹⁶*Ibidem.*p.80

Algumas casas tinham a proteção das autoridades, porém a polícia não deixou de verificar esses locais. Segundo Lemos, após sancionado o anteprojetado, “Na madrugada seguinte, até a Boite El Cubano, de propriedade de Nandim Cassar, foi “visitada”. Descaídas e malandros foram transferidos para o xadrez”.¹¹⁷ A prisão dessas mulheres, realizadas pela polícia, era apenas para agradar as exigências das autoridades locais que desejavam obter resultados. Essas mulheres passavam apenas uma noite no xadrez, sendo postas em liberdade no dia seguinte “*e à noite, voltavam ao escandaloso “trottoir”[...] As, vezes, as mais desbocadas que enfrentavam a polícia, tomavam um destino que eu não descobria*”.¹¹⁸

Uma das figuras que permite compreender a prisão das prostitutas como resposta às pressões impostas a instituição policial, é a prostituta “Perninha”, “uma decaída, que fazia a vida há mais de vinte anos entre a Praça do Pacificador e o Hotel Rio-Petrópolis”.¹¹⁹ Seu apelido surgiu, pois a mesma tinha dificuldade de andar, “puxando de uma das pernas”. Na década de 1950, na delegacia do 311, não se fazia ocorrência de mulheres, essas tinham seus nomes registrados se estivessem diretamente ligado a sessão de Roubos e Furtos, acusadas de crimes de “Suadouro” ou “balão apagado”.

Nessas idas e vindas do xadrez, Lemos conheceu “Perninha”, nunca soube seu verdadeiro nome devido à falta de registro. Lemos a descreveu como “velha, feia e aleijada. Prostituta no último degrau da degradação”, o que justificava suas idas para o xadrez, pois “perseguida pelos policiais, que querendo provar ao Delegado que suas ordens eram cumpridas, iam para os hotéis com as bonitas e prendia as feias, as “COFAPs”, as “Perninhas”.¹²⁰

Ao analisar as histórias dessas meretrizes que passavam pela delegacia ou que eram noticiadas nos jornais, é evidente a categoria criada em relação a sua figura, a partir do tipo de freguês que cada uma conseguia alcançar. Perninha, por exemplo,

nem sempre frequentava os lupanares ou os hotéis. Não era “Persona grata”, pois seu minguido corpo não atraía homem de

¹¹⁷LEMOS, *Op. cit.*p.76

¹¹⁸*Ibidem.*p.76

¹¹⁹*Ibidem.*p.78

¹²⁰ *Idem.*

recursos. Somente operários ou esmoleres, que não podiam pagar o quarto ou a cerveja nos “rendez-vous” da Lurdes, Wanda ou Ruth”.¹²¹

Lemos ao relatar a história de “Perninha”, diferente dos relatos de outras meretrizes, buscou dizer que a mesma era respeitada ao exercer sua profissão, pois precisava ganhar o pão de cada dia para sustentar seus filhos e que fora abandonada por seu marido. Essa seria a justificativa para a escolha da profissão de “Perninha”.

É evidente que a falta de oportunidade e as questões de gênero, dificultavam o estabelecimento social dessas mulheres na sociedade. A polícia só as via como vítimas e frágeis, quando as mesmas passavam por dificuldades financeiras ou quando abandonadas pelo marido. Nesse sentido, o Estado deveria cuidar dessas mulheres. Por outro lado, as meretrizes também eram vistas como “degeneradas”, que não tinham mais solução. Na Primeira República, as consideradas “degeneradas” eram vistas como doentes que precisavam da ajuda da medicina, pois estavam fora de si. Por meio das autoridades essas mulheres precisavam de apoio e proteção, pois seu dever era cuidar do lar e da família. Não é por acaso que a prostituição é vista por Lemos como verdadeiro “quebra galho” das esposas e amantes abandonadas.

Pressionado pelas autoridades, o delegado Amil Ney Richaid, no intuito de limpar as ruas da cidade de Duque de Caxias, reflexo da desordem e imoralidade, segundo as notícias dos jornais, criou a ronda noturna que abarcou outros elementos, além das prostitutas, como malandros e menores infratores. Nesse sentido, devido a demanda por espaço, Amil Ney Richaid precisou aumentar os números de selas na delegacia. Se antes havia apenas duas selas, uma para homens e outra para mulheres, que permitia apenas quatro pessoas em cada uma, após a obra, criou-se no pátio da delegacia mais três xadrezes, uma destinada a sessão de Roubo e Furtos, outra para as mulheres e a última para os menores infratores.¹²²

O ante-projeto 19-54 e as notícias estampadas nos jornais, atingiram diretamente a delegacia do 311, a mesma precisou se adaptar às nossas exigências que surgiram das elites locais e da população. Se antes as prostitutas ou menores infratores não eram o foco da polícia, o mesmo passou a ser. A polícia de Caxias,

¹²¹*Idem.*

além das mudanças estruturais no prédio da delegacia, precisou se adaptar às novas exigências que pressionavam o funcionamento dos mecanismos da polícia para manter a ordem. Tal adaptação gerou disputas políticas no qual novas redes foram construídas e estabelecidas diante das exigências de uma elite conservadora.

Essa elite desejava apagar a imagem negativa criada sobre a cidade, era preciso acompanhar o desenvolvimento das grandes cidades. As notícias do jornal de Tenório, *A Luta Democrática*, possuía um viés sensacionalista, o que atraía leitores, não somente da própria cidade, mas também, do Rio de Janeiro. Nesse sentido, a partir dessas notícias, Duque de Caxias passou a espelhar a imagem de uma cidade perigosa, “terra de bandido”, contraventores e prostitutas, o reflexo da imoralidade. Com as novas exigências na fiscalização da cidade e apreensão desses sujeitos, a elite local acreditava que apagaria essa memória negativa sobre a cidade.

Após as modificações estruturais da delegacia, se intensificou o contato com as prostitutas e a autoridade policial. As autoridades simulavam a limpeza da cidade, já que as meretrizes eram soltas no dia seguinte. Os mantenedores da ordem desejavam apenas atender ao pedido e à pressão estabelecida pelas autoridades locais. Dentre essas mulheres que passavam a noite no xadrez, estava “COFAP”, “Perninhas” e “Alzirinha”.

Nas idas e vindas dessas mulheres ao xadrez da delegacia, COFAP, não escapava a nenhuma ronda, tinha por volta dos quarenta anos, seu apelido surgiu das colegas de trabalho que caçoavam de sua beleza e obesidade. Lemos a caracterizou como uma mulher enorme e segundo suas palavras, extremamente gorda. Oriunda do Nordeste veio ainda jovem tentar a vida na cidade do Rio de Janeiro, por falta de dinheiro e oportunidade se prostituiu, exercendo sua profissão por volta de vinte cinco anos. Sua transferência para a Cidade de Duque de Caxias ocorreu, pois para ela, “Caxias era uma cidade aberta”,¹²³ para exercer a prostituição.

De forma romantizada, mas buscando contar o cotidiano dessas prostitutas e as dificuldades que muitas delas passavam, Lemos narrou a história de COFAP e seu apego por seu cão de guarda:

“Somente um amor trazia em seu grande coração, tão grande quanto seu corpanzil. Era seu cão, um vira-lata cheio de pulgas, que a

¹²³*Ibidem*.p.76

acompanhava a muitos anos. Pelas noites escuras de Caxias. Meretriz sem “freguês”, vencia a fome, na batalha do pão de cada dia, com os trocadores de ônibus ou estudantes imberbes e sem dinheiro. COFAP ganhava a vida nos pontos de lotações em locais escuros, conhecidos como “cantão”, situado atrás da Fábrica de Colchões Primavera, onde hoje está o Shopping Center. Ou, atrás de um Parque de Diversão, perto da Praça do Pacificador. Ali praticava o amor proibido, ensinando as primeiras letras da concupiscência aos ginasianos ou trocadores. Mas até nestes atos, trazia consigo o cachorro, seu aliado, de quem se valia, quando alguém não queria pagar o “mixe”. Cada tapa seu resolvia qualquer parada, cada mordida do cachorro punha em fuga qualquer valente”.¹²⁴

Sua relação com seu animal de estimação era a maneira encontrada para se proteger dos possíveis perigos que enfrentava nas ruas da cidade e como de costume:

“[...] quase todas as noites, COFAP era presa. Nenhum “alcaguete”, soldado ou investigador dela queria saber: gorda, velha e feia. E assim, aquela montanha de carne e de bons sentimentos, apesar da “vida fácil” que levava, era trancafiada docilmente no xadrez. Mas levava consigo o cão, que lhe fazia companhia no cubículo, onde só cabiam quatro, mas entravam dez.”¹²⁵

Lemos diz que COFAP era uma mulher de bons sentimentos, apesar da vida fácil que levava. O cronista demonstrou que tal característica positiva era peculiar, já que a mesma estava no papel de prostituta, caracterizada pela sociedade como elemento imoral e de aspectos negativos. Lemos indiretamente, justificou a escolha da profissão de COFAP e se não fosse as dificuldades financeiras, a mesma poderia ser “regenerada” dessa vida.

Ao analisar a figura feminina e sua presença na delegacia, é importante evidenciar os meados da Primeira República. Esse período se tornou importante para compreender como as mulheres eram vistas diante da autoridade policial. Os crimes cometidos por mulheres eram analisados a partir de um viés cientificista e chamavam a atenção de eminentes criminólogos. Isso dá margem para pensar, o olhar de Lemos diante dessas mulheres, que caracterizou COFAP como uma mulher dócil, mas se fosse contrariada, virava – segundo expressão de Lemos – “Bicho”, ou seja, agia conforme seu “instinto”.

As idas e vindas de COFAP na delegacia se dava quase todas as noites, assim como “Perninha”, COFAP fazia parte da estatística de prostitutas que se enquadravam para

¹²⁴*Ibidem*.p.76-77

¹²⁵*Ibidem*.p.77

serem presas nas rondas noturnas. Nesse sentido, “[...] prenderam pela centésima vez a coitada [...]. Naquele dia, Mery, o carcereiro, tinha perdido no jogo de “sinuca” e no “bicho”. Estava de mau humor, portanto, resolveu acabar com a colher de chá de entrar até cachorro no xadrez.”¹²⁶ Mediante a insistência da mulher que “pediu, implorou, chorou. Que lhe dessem bolos, que lhe raspassem a cabeça, que a obrigassem a atravessar a baía, tudo, enfim. Mas não lhe tirassem o vira-lata, única razão em sua existência”.¹²⁷ Sua súplica, não adiantou, pois, a perda do dinheiro no jogo, fez com que o carcereiro descontasse, sua raiva, nas encarceradas no 311 “[...]Mery estava irredutível. Tinha Ganas de Matar seus dois parceiros de “sinuca”, [...], e pretendia se vingar na desdita da pobre da COFAP. Cachorro naquela noite não entraria no xadrez. Era só o que faltava. Aquilo não era Jardim Zoológico!”¹²⁸

Após a proibição da permanência do cachorro na delegacia, Lemos descreveu que “uma estranha modificação operou-se naquela dócil criatura. COFAP virou bicho. Agarrou-se primeiro na mesa do carcereiro, arrastando-a consigo inclusive a cadeira”,¹²⁹ diante da situação, “Mery foi ajudado por dois soldados, que usando os cassetetes de borracha, conseguiram que ela largasse o móvel, mas não a porta de ferro que dava acesso ao xadrez”.¹³⁰ Recusando-se a entrar no xadrez, “A mulher, gritando que queria seu cachorro, fincou pé e não entrou”.¹³¹

COFAP sabia que, todas as noites, devido às rondas, iria parar no xadrez. Ela se sentia no direito de negociar com os policiais, já que sempre contribuía com os mesmos ao ser presa, pois sabia que no outro dia estaria de volta às ruas. Diante da situação, os guardas

“Convenceram-na de que no xadrez dos fundos, ela podia levar o seu amigo fiel. E quando ela soltou a grade, empurraram-na pelo corredor, em direção ao quintal, sem o cão. Nova luta. A infeliz ficou possuída de uma, fúria tal, que cada safanão seu era um soldado de caía. Deram-lhe tanto, que perdeu os sentidos. Tentaram arrastá-la, puxando-as pelos braços ou pelos longos cabelos, mas o peso era muito. E ela ali ficou [...] desmaiada, tendo o rosto e as feridas lambidas pelo leal amigo”.¹³²

¹²⁶ LEMOS, *Op. cit.*, p.77

¹²⁷ *Ibidem.* p.77

¹²⁸ *Idem.*

¹²⁹ *Idem.*

¹³⁰ *Ibidem.* p.77-78

¹³¹ *Ibidem.* p.78

¹³² *Idem.*

Após a agressão, proveniente da autoridade policial, ao recuperar a consciência:

“Abraçou-se ao cão, acariciando-o, dizendo lhe palavras de platônico amor e amargas verdades aos mantenedores da ordem. Isto acabou por comover os empedernidos policiais, até mesmo os soldados por ela agredidos.

–Mery, deixa essa infeliz levar o cachorro. Não tem nada demais.

E o carcereiro, fungando e suando:

– Eu sou o Diretor do presídio desta cidade. Quem decide sou eu...

Mas terminou esquecendo a derrota que sofrera no bilhar, deixando-se levar pelos sentimentos: O vira-lata entrou com a meretriz no xadrez”.¹³³

¹³³*Idem.*

Considerações finais:

Ao ter analisado a trajetória de Silbert dos Santos Lemos, a configuração da delegacia e o papel do delegado de polícia na construção de autoridade policial na cidade de Duque de Caxias, no período de 1950-1967, a partir da análise do livro *Sangue no 311* (1967), foi possível compreender a crítica ao funcionamento da delegacia. O livro *Sangue no 311*, foi utilizado por ele como um instrumento de denúncia da corrupção da polícia da cidade de Duque de Caxias.

O estudo da figura de Silbert dos Santos Lemos enquanto jornalista, escrivão e posteriormente delegado de polícia, tornou-se essencial para compreender o ambiente e o cotidiano da delegacia do prédio 311. Analisar o livro *Sangue no 311* me permitiu reconstruir o olhar de Santos Lemos, que enquanto delegado criticava de forma sistemática o acionar da polícia.

Essa teia de personagens analisados por Santos Lemos que marcam o cotidiano da cidade, como “alcaguetes”, meretrizes, contraventores, donos de hotéis, boates e políticos locais, fazem parte do cotidiano dos interesses políticos e das disputas de poder na cidade de Duque de Caxias, que envolve diretamente a delegacia local. Estudá-los ofereceu novos horizontes para compreender as denúncias realizadas por Lemos e como esses conflitos políticos e disputas de poder faziam parte do cotidiano da cidade. Esse estudo ofereceu novos horizontes para compreender como se configurava o poder local a partir dos conflitos políticos e das disputas internas entre a própria polícia e figuras de poder da cidade.

Os jornais locais, como *A luta Democrática*, cujo o lema era: “um jornal que luta por aqueles que não podem lutar”,¹³⁴ apesar do seu caráter sensacionalista, permitiu compreender os embates entre autoridades políticas e policial, donos de lupanares e boates, levando-me a entender os confrontos internos da delegacia. Ao focar nas notícias policiais, busquei mostrar como os fatos eram construídos nas notícias e como Lemos enquanto jornalista, utilizou-as em seu livro *Sangue no 311*.

O jornal de Tenório mantinha forte contato com a delegacia, pois era de lá que retirava informações cruciais para suas publicações diárias. Não é por acaso que Santos Lemos trabalhou durante um tempo em seu jornal e obteve seu próprio

¹³⁴FORTES, *Op. cit.*, p.182

programa na Rádio difusora da *Luta democrática*. Apesar das notícias exageradas, a criação do jornal contribuiu para reivindicar a luta da classe pobre e trabalhadora, chamando atenção para as autoridades do Rio de Janeiro.

Outra figura importante utilizada por Lemos para denunciar as arbitrariedades da polícia e os embates políticos que existiam na delegacia foi Armando Belo França que no papel de “alcaguete”, tornou-se vereador e obteve cargos e privilégios dentro da delegacia. Esse personagem possibilitou entender, em certa medida, como o poder paralelo surgia na figura desses “alcaguetes”, que se tornavam comissários, vereadores, subdelegados, entre outros cargos que obtinham, conforme ganhavam espaço na sociedade e na instituição de poder local. Belo França se tornou um sujeito importante nos relatos de Santos Lemos. França fazia parte do cotidiano dos serviços ilegais exercidos pela delegacia.

Em relação ao contato entre as meretrizes, os donos de lupanares com o corpo policial na cidade de Duque de Caxias, estudá-los se tornou importante para entender as disputas políticas que obrigavam a polícia a agir conforme os interesses em voga. Nesse sentido, as meretrizes e donos de lupanares foram chaves fundamentais para analisar como se configurava a autoridade policial. Porém, o estudo da mesma merece uma atenção privilegiada, pois ainda há muito a analisar em relação ao papel das meretrizes na cidade de Caxias, e o ambiente no qual estavam inseridas.

Referências Bibliográficas:

1. Fontes documentais:

LEMOS, Silbert Santos. Sangue no 311. Rio de Janeiro, RJ: Reper Editora, 1967.

Publicações periódicas (Jornais citados na tese. Os anos indicados correspondem ao intervalo pesquisado e não ao período de existência do periódico)

A Luta Democrática. Rio de Janeiro, 1954-1964.

2. Bibliografia:

ALMEIDA, Tania Maria da Silva Amaro. Olhares sobre uma cidade refletida: memória e representações de Santos Lemos sobre Duque de Caxias (1950-1980). Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da Universidade do Grande Rio, 2012.

_____ in: BRAZ, Antonio Augusto. *De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2003.

ALVES, José Claudio Souza. *Dos Barões ao Extermínio – Uma história da violência na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2003.

_____. *Baixada fluminense: a violência na construção do poder*. 1998. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BARRETO, Alessandra. *Cartografia política: as faces e fases da política na Baixada fluminense*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BELOCH, Israel. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record, 1986.

BRAZ, Antonio Augusto e ALMEIDA, Tania Maria Amaro. *De Merity a Duque de Caxias: Encontro com a História da Cidade*. Duque de Caxias: APPH-CLIO, 2010

BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rocco, 1997

_____in: ROSEMBERG, André. *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. Topoi (Rio de Janeiro), v. 14, n. 26, p. 162-173, 2013.

_____. *As empadas do confeitiro Imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro*. *Acervo*, v. 15, n. 1 jan-Jun, p. 07-22, 2011.

_____. *A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997. **Ordem na cidade**, p. 1907-1930.

CANTALEJO, Manoel Henrique de Souza. *O Município de Duque de Caxias e a Ditadura Militar: 1964-1985*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CAVALCANTI, Sandra Tenório. *Tenório, meu pai*. Global Editora, 1986.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano de trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque* (2ª. impressão: 2005). 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001

DE ABREU, Alzira Alves. *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)*. Editora FGV, 2015

DE SOUZA SILVA, Claudio Araujo. *O espaço de Tenório Cavalcanti no campo político do Rio de Janeiro*. Anais do Seminário Nacional da Pós-Graduação em Ciências Sociais-UFES, v. 1, n. 1, 2011.

_____, Claudio Araujo. *A invenção da Democracia na fronteira da Capital da República*. XXVIII Simpósio Nacional de História ANPUH, 2015.

DA COSTA, Márcia Spadetti Tuão. *Patronato São Bento: Processos de escolarização e de assistência ao “menor” no Município de Duque de Caxias (1950-1980)*. Tese DE Mestrado, 2017.

DIAS Júnior, José Augusto. *Os Contos e os Vigários: Uma história da Trapaça no Brasil*: Leya, 2010.

ENNE, Ana Lúcia. *Lugar meu amigo, é minha Baixada: Memória, Representações Sociais e Identidades*. Tese de doutorado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002.

FAUSTO, Boris. *O crime do restaurante chinês: carnaval, futebol e justiça na São Paulo dos anos 30*. Companhia das Letras, 2009.

FORTES, Maria do Carmo Cavalcanti. *Tenório, o homem e o mito*. São Paulo: Record, 1986.

GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes: circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930*. Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 2016.

GRAMADO, Paulo. *Zito – Rompendo barreiras com Justiça e Trabalho: a história do município de Duque de Caxias como nunca foi contada*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Liberato, 1999.

GRYNSZPAN, Mario. *Os idiomas da patronagem: um estudo da trajetória de Tenório Cavalcanti*. Revista brasileira de ciências sociais, v. 5, n. 14, 1990

HB, Heraldo. *O cerol fininho da Baixada – Histórias do cineclube Mate Com Angu*. Rio de Janeiro: Editora Aeroplano, 2013.

LACERDA, Stélio. *A emancipação política do município de Duque de Caxias (uma tentativa de compreensão)*. In: Revista Pilares da História. Duque de Caxias, RJ: ano II nº 3, Dezembro de 2003.

LACERDA, Stélio. *Uma passagem pela Caxias dos anos 60*. Duque de Caxias, RJ: Edição do autor, 2001.

LEMOS, Silbert Santos. *Sangue no 311*. Rio de Janeiro, RJ: Reper Editora, 1967.

LEMOS, Silbert Santos. *Negro Sabará*. São João de Meriti, RJ: Editora Destaque Ltda., 1977.

MAUCH, Cláudia. *O processo crime para além dos crimes*. XI Mostra de pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: produzindo história a partir de fontes primárias. Porto Alegre: CORAG, p. 17-31, 2013.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A civilização do delegado: modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. 2014. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MORAES, Dalva Lazaroni; LAZARONI, Dalva. *Esboço histórico—geográfico do município de Duque de Caxias*. Rio de Janeiro: **ARS**, 1978.

PEREIRA, Cristiana Schettini et al. "*Que tenhas teu corpo*": uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas. 2002.

REIS, Vicente. *Os ladrões no Rio, 1898-1903*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1903.

REZNIK, Luis. *Democracia e segurança Nacional*. A polícia Política no pós-Guerra. Rio de Janeiro: FGV, 2004

SALES, Jean e FORTES, Alexandre (org.). *A Baixada Fluminense e a Ditadura Militar*. Movimentos Sociais, Repressão e Poder Local. Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 303.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita: entorno, 2007.

TORRES, Rogério. *Caxias de. Antigamente*. Duque de Caxias: Edição do Autor, 2012.

VELHO, Laís Costa. *Caxias, ponto a ponto (1953 a 1957)*. Editora: Agora, 1965.